

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

JÉSSICA MUNIZ DOS SANTOS

**O TRATAMENTO DA QUESTÃO INDÍGENA NAS EDIÇÕES DA REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (DÉCADAS DE 30 A 50
DO SÉCULO XIX)**

SÃO LEOPOLDO

2021

JÉSSICA MUNIZ DOS SANTOS

**O TRATAMENTO DA QUESTÃO INDÍGENA NAS EDIÇÕES DA REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (DÉCADAS DE 30 A 50
DO SÉCULO XIX)**

Projeto de Pesquisa apresentado como requisito parcial para obtenção do diploma do curso de Licenciatura em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck

SÃO LEOPOLDO

2021

AGRADECIMENTOS

Ao final da minha graduação, olho para trás e percebo que percorri esse caminho rodeada de pessoas queridas que ajudaram, de alguma forma, a tornar esse momento possível. Deixo, então, um agradecimento.

Aos meus pais, Juarez e Neli, e à minha irmã Giovana me faltam palavras para agradecer o apoio incondicional que sempre tive. Sem vocês nada seria possível. Ao restante da minha família, especialmente, meus padrinhos, pela ajuda e incentivo.

Aos amigos que tive o prazer de conhecer na universidade, especialmente ao Gabriel Machado e ao Luidi Amaral, pelo companheirismo e carinho. Aos amigos de longa data e também estudantes de Licenciatura: Natália Reis, por estar sempre ao meu lado, mesmo que de longe, e Mateus Carvalho, por ser o melhor amigo que eu poderia ter e uma das pessoas que mais me ajuda e aconselha, no TCC e na vida.

Ao excepcional corpo docente que compõe o Curso de Graduação em História da Unisinos, em especial, à professora Dr^a Eliane Cristina Deckmann Fleck, a quem tive a honra de ter como orientadora. Obrigada por toda paciência, auxílio e carinho.

RESUMO

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, no Rio de Janeiro, cumpriu o papel de promover a construção de uma história nacional. Além dos laços que mantinha com a elite econômica e intelectual do Rio, a partir da década de 40, o IHGB estreitou sua ligação com o Imperador D. Pedro II, não somente através do amparo financeiro, mas da presença frequente do monarca nas sessões do Instituto. Também data deste período o início de um importante movimento para a literatura brasileira, o romantismo, fortemente vinculado com o indianismo. Esse trabalho aborda o projeto imperial, que, através do IHGB, visava à formação de identidade nacional e à criação de uma memória que deveria ser a base de uma história oficial do país, favorecendo, desta forma, a consolidação de nossa monarquia tropical. Considerando os objetivos deste projeto do Império brasileiro, apresentamos e discutimos as evidências da presença do movimento indianista nas edições da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nas décadas de 30 a 50 do século XIX, com o propósito de analisar o tratamento dado à questão indígena pela intelectualidade brasileira do período. Para fundamentar a pesquisa, recorreremos à bibliografia de referência sobre a temática e ao acervo de periódicos do IHGB, que disponibiliza os números da Revista do Instituto publicados desde sua criação até os dias atuais.

Palavras-chave: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, História oficial, Indianismo, Questão indígena, Império brasileiro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Revista Niterói número 1	21
Figura 2 – Dedicatória para Dom Pedro II na obra A Confederação dos Tamoios....	31
Figura 3 – R.IHGB do ano de 1839	39
Figura 4 – R.IHGB do ano de 1840	42
Figura 5 – R.IHGB do ano de 1841	44
Figura 6 – R.IHGB do ano de 1842	45
Figura 7 – R.IHGB do ano de 1843	47
Figura 8 – R.IHGB do ano de 1844	49
Figura 9 – R.IHGB do ano de 1845	51
Figura 10 – R.IHGB do ano de 1846	53
Figura 11 – R.IHGB do ano de 1847	54
Figura 12 – R.IHGB do ano de 1848	55
Figura 13 – R.IHGB do ano de 1849	56
Figura 14 – R.IHGB do ano de 1850	57

LISTA DE SIGLAS

IAGP	Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGSP	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
R.IHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 “HAVIA UM PAÍS CHAMADO BRASIL, MAS ABSOLUTAMENTE NÃO HAVIA BRASILEIROS”: OS ANOS DE 1830 A 1850	10
2.1 “A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente”: criação, propósitos e a relação do IHGB com D. Pedro II	12
2.2 “As melhores lições que os homens podem receber lhes são dadas pela História”: a Revista do IHGB e a escrita da história nacional	15
3 A FORMAÇÃO DA LITERATURA ATRAVÉS DO ROMANTISMO: “ENFIM, A AMÉRICA DEVE SER LIVRE NA SUA POESIA, ASSIM COMO NO SEU GOVERNO”	19
3.1 “Dos inocentes filhos da natureza, que mal seu criador, seu Deus conhecem”: a representação do índio na vertente indianista	26
3.2 “Jamais nos será permitido duvidar que a vontade da Providencia predestinou ao Brazil esta mescla”: a formação do país através das três raças	32
4 “QUANTO CUSTA ASCENDER A LUZ DA RAZÃO EM ESPÍRITOS QUASE APAGADOS”: O TRATAMENTO DESTINADO À QUESTÃO INDÍGENA NA REVISTA DO IHGB ENTRE 1839 E 1850	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasceu de um interesse particular pela história do Brasil durante as disciplinas conduzidas pela Prof.^a Dr.^a Eliane Cristina Deckmann Fleck. Até a matrícula na disciplina de Introdução ao TCC, porém, o tema ainda não havia sido definido. Na busca por um assunto de interesse, logo me dirigi à história do Brasil, mas especificamente, ao século XIX. Com o aceite de orientação da Prof.^a Dr.^a Eliane e a definição do tema e das fontes, iniciei algumas leituras sobre o tema, especialmente dos trabalhos de uma profissional que admiro muito, a historiadora Lilia Moritz Schwarcz.

Considerando, especificamente, os anos que se seguiram à Independência, vale lembrar que, em 1838, o Brasil buscava em instituições de outros países exemplos para formar o seu próprio Instituto Histórico. Com uma estrutura inspirada no Instituto Histórico e Geográfico francês e cada vez mais ligado ao Imperador D. Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro buscava criar e consolidar uma versão da história nacional, ao mesmo tempo em que buscava fortalecer a monarquia. Concomitantemente, havia um esforço por parte da intelectualidade brasileira de, à luz das influências dos movimentos literários romântico e indianista, de debater a questão indígena nas páginas da Revista que o IHGB mantinha, aspecto sobre o qual me deterei nesta monografia.

No que tange à historiografia que versa sobre o tema do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, encontra-se um grande número de estudos. A historiadora Lilia Moritz Schwarcz possui dois trabalhos específicos que abordam, entre outros temas, o IHGB. A obra *“As barbas do Imperador – D. Pedro II, um monarca nos trópicos”*, que possui o capítulo intitulado “Um monarca nos trópicos”: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas-Artes e o Colégio Pedro II; formando uma cultura local “A ciência sou eu”. A outra obra da autora, *“O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930”*, inclui o capítulo denominado Os institutos históricos e geográficos: “Guardiões da História Oficial”. Estes trabalhos retratam o esforço pelo desenvolvimento de uma política cultural no país, sendo o IHGB o palco deste projeto.

Existem também artigos que trazem o tema sob diversos enfoques. O trabalho *“Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o*

projeto de uma história nacional”, de Manoel Luís Salgado Guimarães. “*O livro didático no Brasil oitocentista: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a formação da identidade nacional*”, escrito por André Mendes Salles, remonta à produção dos livros didáticos no Império dentro de um projeto mais amplo de firmar a identidade e o sentimento nacional. O artigo de Rodrigo Turin, “*Entre ‘antigos’ e ‘selvagens: notas sobre o uso da comparação no IHGB*”, aborda o uso destes termos entre os integrantes do IHGB. Maria da Glória de Oliveira desenvolve o estudo sobre a escrita da história no Brasil do século XIX no artigo “*Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista*”. Já o trabalho “*A escrita da história do Brasil: o pensamento civilizador no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*”, de Sérgio Campos Gonçalves, analisa as ideias de civilização e progresso na história que era escrita dentro do IHGB. Temístocles Cezar, em seu “*Ensaio sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX*”, realiza uma análise do primeiro discurso proferido no IHGB pelo cônego Januário da Cunha Barbosa e no qual aborda diversas questões relacionadas à escrita da história que o Instituto pretendia executar, o que nos permite refletir sobre a concepção de História que se pretendia difundir. Já Lilian Beatriz Carlos, em sua dissertação de mestrado intitulada “*Uma relação a dois: a história e a geografia nos primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*”, contribui para o estudo que realizamos ao analisar a relação entre a história e a geografia no âmbito do IHGB através das manifestações de seus sócios.

A revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que circula desde 1839, também se constitui em fonte fundamental para o desenvolvimento deste TC. O site do IHGB disponibiliza a coleção completa da revista aos pesquisadores interessados em desvendar a produção intelectual que ela veiculava. Sobre, especificamente, a Revista do IHGB, destaca-se o artigo de Luís César Castrillon Mendes, “*Publicar ou arquivar? A revista do IHGB: um periódico a serviço do Império no oitocentos brasileiro*”.

À luz desses estudos, e percebendo a importância de pesquisar uma instituição tão importante para a constituição da nossa história – o IHGB –, nesta pesquisa busco compreender, através da análise dos artigos publicados na revista no período que se estende de 1830 a 1850, como esse Instituto atendeu ao projeto de construção de uma história nacional idealizado por D. Pedro II. Nas edições selecionadas da Revista

do IHGB, procuro identificar e discutir a influência do romantismo na construção da imagem do indígena, que está diretamente ligada ao projeto de construção de uma identidade nacional proposta pelo monarca e levada adiante pelo IHGB. Luis Fernando Barbato (2013, 2014, 2016), Kaori Kodama (2005), Rodrigo Turin (2010) e Maria da Glória de Oliveira (2011) abordam como a questão indígena foi tratada pelo IHGB, e foram fundamentais para o estudo proposto, na medida em que contemplam o movimento indianista do romantismo brasileiro. Autores como Antonio Candido (2002) e Bernardo Ricupero (2004), que abordam o romantismo brasileiro também foram consultados e utilizados na escrita deste trabalho, na medida em que possibilitam a reflexão sobre o Indianismo.

Os objetivos do trabalho são o de analisar o papel desempenhado pela Revista do IHGB no processo de construção de uma história oficial do Império, em especial, sobre os indígenas na história do Brasil; identificar e discutir a visão que os letrados do IHGB tinham do indígena e, por fim, avaliar como o debate intelectual travado nas sessões do IHGB convergia com a literatura indianista em voga no período. Para tanto, recorro às edições da revista do Instituto publicadas entre os anos de 1830 até 1850, por ser o período que abarca a primeira geração do romantismo e no qual encontra-se em voga o indianismo.

A monografia apresenta três capítulos. O primeiro situa o contexto histórico no qual surge o IHGB e sua revista, apontando para seus vínculos com o projeto imperial de constituição de uma história oficial. O segundo aborda o romantismo e sua influência sobre a visão dos intelectuais em relação aos indígenas. E, por fim, no último capítulo, faço a análise dos artigos que tratam, especificamente, da questão indígena na Revista do IHGB, nas décadas de 30 a 50 do século XIX.

2 “HAVIA UM PAÍS CHAMADO BRASIL, MAS ABSOLUTAMENTE NÃO HAVIA BRASILEIROS”: OS ANOS DE 1830 A 1850

Após a abdicação de D. Pedro I, o cenário brasileiro, que já era complicado em termos econômicos e sociais, tornou-se ainda mais conturbado. O imperador, um menino de apenas cinco anos, não poderia assumir o trono antes de chegar a sua maioridade. Diante da situação de vacância do trono foram eleitas regências, quatro no total. A primeira regência foi composta de maneira trina pelos senadores José Joaquim Carneiro de Campos, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e Francisco de Lima e Silva. Em 1831, a segunda regência trina passou de provisória a permanente, constituída pelos deputados Francisco Lima e Silva, José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz. Em 1835, teve início o período das duas regências unas, a do padre Diogo Antônio Feijó, até 1837, e a de Pedro de Araújo Lima, até 1840.

O período inicial da regência, entre 1831 e 1837, assistiu ao êxito do liberalismo moderado, porém, não era essa a única corrente que fazia parte do cenário político da época. Em decorrência do sete de abril, as inclinações políticas que já estavam em curso anteriormente se firmaram. Já em 1826, os liberais moderados seguiam os ideais de pensadores como Benjamin Constant, idealizador do poder moderador adotado por D. Pedro I. Estes políticos não possuíam um projeto claro para a nação, sendo, no entanto, contrários ao retorno de D. Pedro I, defendendo a redução dos poderes do imperador e uma maior autonomia da Câmara dos Deputados.

Responsáveis por manter a ordem pública, foi criada a Guarda Nacional, que era constituída como uma milícia civil. Outras medidas adotadas foram o Código de Processo Criminal de 1832, concedendo maiores poderes aos juizes de paz e instituindo o habeas corpus, e o Ato Adicional de 1834, que promoveu uma maior descentralização, ao criar as Assembleias Provinciais, extinguir o Conselho de Estado, pausar o exercício do Poder Moderador e substituir a regência trina pela una. Tais medidas foram responsáveis por caracterizar o período de cunho liberal existente na regência, que se estendeu até 1837.

A regência de Pedro de Araújo Lima marca o início do Regresso conservador no período regencial. O Código de Processo Criminal passa por alterações, bem como o Ato Adicional, com o intuito de desfazer a autonomia concedida às províncias e concentrar o poder na regência. Enquanto as revoltas provinciais continuavam

estourando em diversos cantos do país, o movimento regressista de Araújo Lima se materializava, investindo na sua difícil contenção. Vale lembrar que antes mesmo das regências unidas, Pernambuco agitou-se entre 1832 e 1835, com a Revolta dos Cabanos, reivindicando o retorno do imperador. No Pará, a independência é proclamada durante a Cabanagem, tendo os conflitos, marcadamente de combate a estrangeiros e maçons, durado entre 1835 e 1840. Entre 1837 e 1838, a Bahia evocou ideias federalistas e republicanas durante a Sabinada. No Maranhão, das disputas das elites locais resultou a Balaiada, entre 1838 e 1840. No Sul, a agitação ocorreu entre 1836 e 1845, durante a chamada Revolução Farroupilha. Sobre essa questão, Ricupero (2004, p. 119), demonstra que:

A relação da historiografia praticada pelo IHGB com o projeto conservador evidencia-se na “Memória histórica da Revolução do Maranhão desde 1839 até 1840”, trabalho do sócio Gonçalves de Magalhães, que mereceu a medalha de ouro no Instituto, na sessão solene de 1847 e foi publicada na Revista no ano seguinte.

A semente das revoltas provinciais já estava plantada e, por mais que algumas já tivessem sido contidas, havia a preocupação constante de que as agitações criassem raízes muito fortes e continuassem eclodindo pelo país. Os políticos viam como forma de controle a transposição do poder para novas mãos, em realidade, para uma única mão, diferentemente das idas e vindas liberais e conservadoras da regência e com o poder sustentado sobre um aparato simbólico muito forte. Sagrar o jovem Pedro, de apenas catorze anos, seria a saída para que se mantivesse a unidade, tanto territorial como de ideais. A criação do Clube da Maioridade, em 1840, sela o objetivo de antecipar a maioridade de Pedro, que somente seria alcançada em 1843, ano em que o jovem faria seus dezoito anos. Com o intuito de encerrar a regência conservadora, o partido liberal liderou um golpe, que colocaria o jovem Pedro de Alcântara no poder.

Em 18 de julho de 1841, iniciaram-se as comemorações da sagração do novo – em todos os sentidos – monarca. A cidade viveu nove dias de festa e cerimônias repletas de simbolismo, que visavam sagrar o jovem imperador. Um menino que iniciou seu governo à mercê dos políticos que se mantinham ao seu redor e que o encerrou após quase cinco décadas, já com aparência de um senhor abatido pela idade avançada.

Talvez a sagração de d. Pedro II represente mesmo um primeiro momento em que se fundem duas instâncias. De um lado, era evidente o lado instrumental do ritual por parte das elites, que com ele recolocavam um imperador como símbolo da nação, e encontravam na monarquia um sistema necessário de arbitramento dos conflitos entre elas. [...] De outro lado, porém, a riqueza do ritual e da força de sua divulgação levaram a uma explosão do imaginário popular, que, na 'chave das festas', relia a mística desse pequeno rei brasileiro, 'sagrado e encantado'. (SCHWARCZ, 1998, p. 83).

Nos anos que se seguiram à coroação era necessário efetivar o sistema monárquico em torno da pessoa do imperador. O país já possuía um monarca, mas o jovem ainda carecia de ensinamentos e maturidade para sua introdução real na vida de soberano de um império de dimensões continentais. Seus assessores se apressaram em casá-lo, sendo que casou-se por procuração e meses depois conheceu a esposa, Teresa Maria Cristina, que chegou ao país em 1843. Conforme os relatos da época, Pedro II não se mostrou muito contente com a esposa que lhe haviam arranjado. Mesmo assim, o casal teve quatro filhos, duas meninas, Isabel e Leopoldina, e dois meninos, d. Afonso e d. Pedro Afonso, que morreram pouco depois de completarem um ano de idade.

Durante a década de 40 o espinhoso problema da escravidão tornou-se latente. A Inglaterra passou a efetuar diversas apreensões de navios negreiros e fez ainda mais pressão pelo fim do tráfico após a política protecionista adotada pelo Brasil, em 1845, com a Tarifa Alves Branco. Em 1850, o Império não consegue mais segurar as pressões britânicas e aprova a lei Eusébio de Queiroz. A medida foi paliativa, pois logo após sua aprovação, a lei foi contornada através do contrabando e do tráfico interprovincial

2.1 “A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente”: criação, propósitos e a relação do IHGB com D. Pedro II

Durante os turbulentos anos 30, a necessidade de estabelecer medidas que promovessem a unidade em um país tão vasto era latente. Inquietações ocorriam por todos os cantos do império e era sabido que não bastava apenas a repressão para contê-las e manter a estabilidade e unidade. Era preciso trabalhar o imaginário, a representatividade, a identidade. Armas poderosas em momentos de dissidências.

Nesse contexto teve origem uma instituição de relevância extrema para alcançar tais objetivos, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O século XIX brasileiro foi o momento em que a questão da identidade nacional ganhou importância no cenário intelectual nacional, afinal, recém separado da antiga metrópole portuguesa, o então jovem Brasil independente se viu em meio à necessidade de marcar sua identidade em um momento global no qual essa questão se mostrava deveras importante. (BARBATO, 2016, p. 2).

O IHGB nasceu da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, criada ainda em 1827. O Instituto nasce baseado em modelos europeus semelhantes, especialmente o francês, e também para servir de base aos institutos criados nas províncias, como o IAGP de Pernambuco e o IHGSP de São Paulo, criados mais tarde. A proposta de criação partiu do cônego Januário da Cunha Barbosa e do marechal Raimundo José da Cunha Matos. Quase dois meses após a apresentação da proposta, ocorreria em 21 de outubro de 1838 a reunião de fundação do Instituto, contando com os 27 sócios fundadores e nomeando, de forma interina, como presidente, o Visconde de São Leopoldo, e como 1º e 2º secretários, cônego Januário da Cunha Barbosa e dr. Emílio Joaquim da Silva Maia, respectivamente.

Apesar de se tratar de uma instituição voltada à publicação de produções intelectuais relacionadas à história e geografia, os critérios de seleção para ingresso não se pautavam unicamente nas obras escritas por seus postulantes a sócios. Schwarcz (1993) apresenta os dados de que, dentre os 27 sócios fundadores, 22 ocupavam algum cargo dentro do Estado.

Dentro do Instituto havia uma hierarquia a ser seguida pelos sócios, estabelecendo-se da seguinte maneira:

"1) *Efetivos*, para os quais era exigido a residência na Capital Federal e apresentação de trabalhos sobre história, geografia ou etnografia do Brasil abonando a capacidade literária do autor; 2) *correspondentes*, a quem era requerida ou a mesma condição de idoneidade intelectual dos primeiros ou a oferta de "um presente de valor" que se destinasse ao museu do Instituto; 3) *honorários*, que teriam como condição além de "idade provecta" o "consumado saber e distinta representação"; 4) *beneméritos*, os sócios efetivos que por serviços relevantes viriam a se tornar merecedores de tal distinção ou pessoas que teriam feito doações de importância superior a 2:000\$ em dinheiro ou outros objetos de valor 5) por fim, o título de presidente honorário, só conferido ao chefe de Estado e aos chefes de outras nações." (SCHWARCZ, 1993, p. 136).

A partir da década de 40, o IHGB estabelece uma relação ainda mais forte com D. Pedro II, não somente através da proximidade que os sócios do Instituto tinham com o monarca ou do expressivo amparo financeiro proveniente do Estado (75% do orçamento), mas da presença cada vez mais frequente do monarca nas sessões do Instituto. O imperador cumpriu com dedicação sua posição de protetor do Instituto, título que lhe foi concedido em 1838. Cedeu uma sala do Paço Imperial ao IHGB e compareceu a todas as reuniões realizadas. O monarca presidiu 506 sessões do Instituto, entre os anos de 1849 e 1889, mantendo-se afastado somente durante suas frequentes viagens. (SCHWARCZ, 1998).

É simbólico da dependência do IHGB em relação ao imperador o fato de o Instituto funcionar no Paço Imperial. Além do mais, mesmo que não seja um órgão público, depende de recursos estatais para funcionar. Essa situação estimula um relacionamento marcado pela concessão de favores entre os membros do IHGB e aqueles que estão à frente do aparelho de Estado, não por acaso, muitas vezes as mesmas pessoas. De maneira mais ampla, a prática do favor está no centro da existência de homens livres numa sociedade estamental e escravista como a brasileira do século XIX. Portanto, se o IHGB não funcionasse na casa do monarca, mas tivesse sede própria, não dependesse da boa vontade dos governantes, atuando verdadeiramente como instituição autônoma, talvez tivesse garantido uma existência menos precária, mas, nesse caso, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não seria o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nem o Brasil do século XIX seria o Brasil do século XIX. (RICUPERO, 2004, p. 129).

A missão do IHGB de produzir uma identidade para o jovem país anda de mãos dadas, portanto, com o objetivo de fortalecer a monarquia. A participação ativa do monarca nas sessões, bem como o auxílio financeiro, ajudou a tecer sua imagem de imperador ilustrado, imagem essa que era de interesse do Estado manter para a posteridade. Pouco depois de inaugurado o IHGB, em 1840, o cônego Januário da Cunha Barbosa passa a oferecer um prêmio de 100\$000 rs para quem formulasse o melhor plano para escrever a história antiga e moderna do país; em 1849, o monarca faz o seguinte questionamento em uma das sessões do IHGB: "*O estudo e a imitação dos poetas românticos promovem ou impedem o desenvolvimento da poesia nacional?*"; em 1862, Dom Pedro encomenda um livro sobre a literatura brasileira, resultando na obra *O Brasil Literário*, de Ferdinand Wolf. Tais iniciativas são exemplos de como o objetivo de construção de uma cultura e identidade para o país confundia-se com o desejo de propagar e manter sua imagem de mecenas. No entanto, como salienta Cezar (2004, p. 16), o objetivo do IHGB de escrever uma história para o país

não previa ignorar o que já havia sido produzido, mas, sim, propunha uma revisão desses escritos anteriores:

É preciso que o historiador, alojado no IHGB, faça o seu trabalho: corrigir os erros cometidos. Essa exegese determina um primeiro domínio de pesquisa cuja consequência deve "salvar" os fatos que conferem sentido à história brasileira da "indigna obscuridade" em que se encontram, bem como definir os objetos que devem ser melhor assinalados, descritos e mensurados.

Acerca da relação do IHGB com Dom Pedro II, Ricupero (2004, p. 122) enfatiza que:

"Mas o IHGB não se limita a ser agradável com Dom Pedro II. Procura também estabelecer uma periodização para a história do Brasil, reunir documentos importantes de nosso passado, encomendar biografias de "brasileiros ilustres", discutir questões referentes aos índios, fronteiras, jesuítas, guerras com holandeses, inquisição literatura nacional, etc."

Nesse sentido, após alguns anos da existência do Instituto e de um momento em que a monarquia encontra-se mais estabilizada, o IHGB passa a ter o que Ricupero (2004) chama de uma vida mais orgânica, principalmente pela adoção de métodos mais rigorosos e científicos.

O segundo item deste capítulo irá abordar o funcionamento da revista do IHGB, sua criação e seu papel dentro do projeto do Instituto de formar uma memória e identidade nacional.

2.2 "As melhores lições que os homens podem receber lhes são dadas pela História": a Revista do IHGB e a escrita da história nacional

No ano seguinte à criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tem início a circulação da Revista do IHGB, que ocorre de forma ininterrupta até hoje. Lilia Schwarcz (1993) aponta para um total de 1862 textos publicados pela Revista do IHGB. Desse número, prevalecem os artigos com temáticas ligadas à história, seguidos dos que versam sobre geografia, biografias de brasileiros considerados importantes para os letrados do Instituto e, por fim, as atas das sessões do IHGB, que também compõem o periódico.

Sendo inegável que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos, é evidente que em uma monarquia constitucional, onde o mérito e os talentos devem abrir as portas aos empregos, e em que a maior soma de luzes deve formar o maior grau de felicidade pública, são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquelas que, versando sobre a história e a geografia do país, devem ministrar grandes auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os brasileiros. (MATOS; BARBOSA, 1839, p. 7).

Schwarcz (1993, p. 182) organizou um apanhado sobre a distribuição dos temas abordados na revista com base nos dados levantados por Rollie Edward Poppino, pioneiro nessa questão. Constatou-se que os artigos de História correspondem a 45% do total, os de Geografia e Geologia 18%, seguidos por biografias com 16%. As três áreas compõem o rol dos assuntos mais abordados na Revista do IHGB. Considerando os artigos de História, eles abordam o período colonial e os grandes momentos da história do país, como o descobrimento, em 1500, e a Independência, em 1822, eventos que receberam especial atenção. Com isso, demonstra-se o desejo do Instituto de divulgar uma história que exaltasse os eventos tidos como fundamentais para compor uma história oficial e uma determinada memória dos grandes personagens e eventos. Segundo Mendes (2017, p. 142), “tais escolhas estavam associadas à busca de marcos da gênese da nação”. As publicações da revista constituíram, no termo do mesmo autor, uma espécie de banco de memórias da história do país.

Ao avaliar os números, nota-se também uma predileção pelos assuntos relacionados a geografia. Para Carlos (2008, p. 20) esse interesse pela geografia está diretamente ligado ao contexto de um país que ainda temia pela desintegração do seu território, tendo em vista os diversos conflitos vividos no período. Sobre essa questão, Castrillon Mendes atenta para a ligação entre a predileção pela história colonial e a geografia, uma forma de legitimar a unidade do território recorrendo ao passado colonial (MENDES, 2017).

A dedicação a criação de uma periodização da história liga-se a ideia de um processo civilizacional, onde o momento presente estaria no topo desse processo. Buscava-se a formação de uma memória buscando os momentos gloriosos e baseando-se no curso de uma história que estava inserida nos trilhos da civilização ocidental. Acerca disso, Gonçalves (2010, p. 4) salienta que:

O fator cronológico representou a pedra fundamental para o estabelecimento de uma lógica processual que articulava o passado colonial pré-Independência com o presente do Estado monárquico imperial. O sentido histórico daí resultante coroava o Império de D. Pedro II e sua sociedade de corte como representantes do estágio mais elevado de progresso civilizatório que o Brasil havia conquistado até então.

Ainda sobre essa questão, Cezar (2004, p. 18) nos mostra que:

Os problemas ligados à origem da história do Brasil e à instituição de uma cronologia brasileira passam, portanto, pela política de colonização do país. Assim, em uma nova fase de sua história, na qual o Brasil é independente de Portugal, os brasileiros estão, finalmente, capacitados a empreender a recuperação de seu passado. Porém, a boa execução dessa manobra intelectual depende de uma cronologia que tenha por fonte, justamente, esses primeiros escritos. Nesse sentido, a tarefa inicial do IHGB é reafirmada: "de todos esses materiais informes, incompletos, e mesclados dos prejuízos do tempo poderemos formar um complexo regular de factos, purificados no crisol da crítica". A história do Brasil é preexistente; em parte ela está oculta, em parte, deformada nos arquivos.

Um tema muito importante para essa pesquisa e que também era abordado na Revista é relacionado a etnografia. Os indígenas – habitantes originais do nosso país – não ficaram de fora das discussões dos letrados do IHGB. Dentro do projeto de criar uma identidade brasileira era imprescindível pensar em um papel para os nativos brasileiros. A pesquisa se propõe justamente a observar como este tema foi abordado na Revista, tendo como categoria de análise o romantismo. Kaori Kodama (2005), estudiosa da temática etnográfica no IHGB, salienta que uma das imagens que a etnografia criava para o indígena se forjava por meio do indianismo. O interesse pelo assunto fez com que, inclusive, tenha sido criada uma seção de Arqueologia e Etnografia indígena para dar conta dos trabalhos que abordassem essa discussão.

Acerca da temática indígena, percebe-se que não havia um consenso dos integrantes do Instituto sobre em qual local colocar o índio dentro da memória que se buscava constituir e do passado que se queria lembrar. Acerca desses discursos etnográficos diversos, Barbato (2013, p. 11) demonstra que:

Pois, se de um lado, havia os teóricos que viam o indígena como um entrave ao desenvolvimento da nação, do lado oposto havia quem via o índio como um elemento belo, natural do Brasil e dono legítimo dele, e que por isso deveria ser respeitado e preservado, como era o caso das posições defendidas por certos autores do Romantismo brasileiro, como Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães, os maiores expoentes da defesa indígena nesses debates.

Outro autor brasileiro que dedicou suas pesquisas ao IHGB foi Manoel Salgado Guimarães (1988), que elencou três temáticas recorrentes nas publicações do Instituto: as viagens de exploração de território; o debate referente a história regional; a questão indígena.

Bernardo Ricupero (2004, p. 122), por sua vez, chama a atenção para a relação entre os escritores do romantismo e os sócios do IHGB na construção de uma memória sobre a questão indígena:

A partir de uma visão instrumental da história e da geografia, a problemática indígena e das fronteiras ganha destaque na produção do Instituto. Como boa parte dos autores românticos, a maioria dos sócios tende a crer que é nos índios que se encontram os fundamentos da nação brasileira, o que será questionado por outros membros do Instituto, enquanto o estabelecimento das fronteiras garantiria a própria existência da comunidade política nacional.

Dito isso, adiantamos que o próximo capítulo se detém na discussão da influência que o Indianismo exerceu sobre os membros da Revista do IHGB.

3 A FORMAÇÃO DA LITERATURA ATRAVÉS DO ROMANTISMO: “ENFIM, A AMÉRICA DEVE SER LIVRE NA SUA POESIA, ASSIM COMO NO SEU GOVERNO”

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, consistiu em um importante fator na elevação da vida intelectual e cultural do país. Com a instalação da família real e o sucessivo processo de melhoramentos que se deu a partir do Rio de Janeiro, passou a ocorrer também um fomento maior à cultura e à instrução. Além da criação de escolas superiores e bibliotecas, teremos, a partir de 1816, a presença da Missão Artística, que possibilitou a vinda de viajantes, entre eles cientistas e artistas, que se empenharam em retratar o Brasil.

O francês Ferdinand Denis (1798-1890) foi um dos viajantes que mais contribuiu na busca da formação de uma literatura brasileira sobre a temática indianista. Viveu no Brasil durante três anos, entre 1816 e 1819. Em 1826, passados apenas quatro anos da independência, Denis sintetiza em seu livro *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil*, o caminho que os letrados brasileiros percorreram nas décadas que se seguiram na busca de uma literatura genuinamente brasileira:

A América, brilhante de juventude, deve ter pensamentos novos e enérgicos como ela mesma; nossa glória literária não pode sempre iluminá-la com um raio que enfraquece ao atravessar os mares e que deve desbotar completamente diante das aspirações primitivas de uma nação plena de energia.

Nessas belas regiões tão favorecidas pela natureza, o pensamento deve se intensificar como o espetáculo que se lhe oferece; majestoso, graças às obras-primas do passado, deve permanecer independente e não buscar outro guia além da observação. Enfim, a América deve ser livre na sua poesia, assim como no seu governo. (DENIS, 2018, p. 349).

Denis demonstra a necessidade de a independência, já ocorrida na esfera política, não se restringisse somente a essa. Ou seja, para o Brasil tornar-se verdadeiramente independente, deveria libertar-se das amarras europeias em todos os sentidos, isto é, políticos, culturais, mentais.

Essa parte da América adotou uma língua aperfeiçoada por nossa velha Europa; mas deve rejeitar as ideias mitológicas devidas às fábulas da Grécia. Empregadas por muito tempo por nossa civilização, foram levadas a regiões onde as nações não as podiam compreender bem, onde nunca deveriam ter sido conhecidas. Elas não se harmonizam, nem estão de acordo com o clima, a natureza ou as tradições (...). Sua idade das fábulas misteriosas e poéticas serão os séculos em que viveram os povos que exterminamos, que

surpreendem por sua coragem e que retemperaram talvez as nações saídas do Velho Mundo. (DENIS, 2018, p. 349).

Estes autores recomendavam que a mitologia grega fosse substituída por uma história própria de nossas terras, tratando, por exemplo, do extermínio da população indígena. Apesar de nossa língua ser derivada do português de Portugal, nossa literatura deveria buscar se afastar do padrão europeu que tanto se distanciava da realidade brasileira, tanto no que se referia ao clima e paisagem, quanto ao seu povo, formado por diversas raças.

Sobre a questão racial, Denis (2018) salienta a singularidade brasileira por ter congregado tantas raças. O triste americano; o negro sobre o qual “os olhos acesos denunciam o calor de sua alma”; o homem branco orgulhoso e fiel à sua pátria; o filho de mãe indígena que possui qualidades do branco, como a perseverança, e do índio, a coragem; o mulato que muito carregava do árabe e é naturalmente poeta.

Ferdinand Denis, com seu *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil*, marcou o período conhecido como pré-romantismo, que se estende entre 1808 e 1836, conciliando o fim do arcadismo e o início da tradição romântica. Nos dez anos que se seguiram entre a publicação do livro de Denis e o início oficial do Romantismo, os intelectuais brasileiros se empenharam na compreensão de sua teoria, pautada nos ideais de autonomia, predileção por assuntos nativistas, conhecimento do passado literário. No Brasil, muito dessa tendência, que mais tarde tornou-se o Romantismo, se confundiu com nacionalismo. (CANDIDO, 2002).

Em meio às iniciativas de fomento à autonomia cultural do país foi publicado, em 1829, o *Parnaso Brasileiro*, de autoria do cônego Januário da Cunha Barbosa, um dos nomes ligados à futura criação do IHGB. Barbosa destaca a importância de exaltar e tornar conhecida a literatura de um país que tornou-se independente e preservar para a posteridade seu legado. Escreve o autor em 1830, na sua Introdução para o *Parnaso Brasileiro*:

Agora, porém que o Brasil, finalmente desassombrado da opressão antiga, e tão duradoura; agora, que ocupando um lugar distinto na categoria dos povos livres, lhe é já permitido, à sombra de um governo verdadeiramente paternal, o dar-se em desafogo à altura de todo o gênero de úteis aplicações; fora sem dúvida um descuido imperdoável o não fazer ressurgir a sua esmorecida literatura, apresentando na frente dela as excelentes composições poéticas dos seus mais ilustres engenhos (BARBOSA, p. 36, apud MIRANDA, 1999).

Se as ideias que gestaram o romantismo brasileiro já estavam circulando há alguns anos, o marco inicial de nosso movimento romântico se deu em 1836, com a criação da revista *Niterói, revista brasiliense de ciências, letras e artes*. Contraditoriamente, a revista que marcou o início do Romantismo no Brasil era editada em Paris por Domingos José Gonçalves de Magalhães, Francisco de Sales Torres Homem e Manuel Araújo Porto Alegre, e contava com o lema “tudo pelo Brasil, e para o Brasil.” Nos dois números que foram publicados, a revista tratou não apenas de literatura, mas também de assuntos diversos como política, economia, astronomia.

Figura 1 – Revista Niterói número 1



Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

No primeiro número da revista destaca-se, na área da literatura, a publicação de “*Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*”, escrito por Gonçalves de

Magalhães (1811-1882). O autor havia publicado, no mesmo ano, o livro *Suspiros Poéticos e Saudades*, outro nome marcante para o início do Romantismo no país. Logo no início de seu *Ensaio*, Magalhães descreve a total importância da literatura no processo de formação de uma memória que servisse para a construção de uma identidade, através de seus heróis e suas tradições.

A literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas ideias, de mais filosófico no pensamento, de mais heroico na moral, e de mais belo na natureza, é o quadro animado de suas virtudes e de suas paixões, o despertador de sua glória, e o reflexo progressivo de sua inteligência. E, quando esse povo, ou essa geração, desaparece da superfície da Terra com todas as suas instituições, suas crenças, e costumes, a Literatura só escapa aos rigores do tempo, para anunciar às gerações futuras qual fora o caráter do povo, do qual é ela o único representante na posteridade; sua voz como um eco imortal repercute por toda parte, e diz: em tal época, debaixo de tal constelação, e sobre tal ponto da Terra um povo existia, cuja glória só eu a conservo, cujo nome eu só conservo, cujos heróis eu só conheço; vós porém, se pretendeis também conhecê-lo, consultai-me, porque eu sou o espírito desse povo, e uma sombra viva do que ele foi. (MAGALHÃES, 1836, p.132)

Ao questionamento se “pode o Brasil inspirar a imaginação dos poetas?”, Magalhães responde exaltando a natureza brasileira, a qual não poderia ter outro efeito entre os poetas senão a inspiração.

Este imenso e rico país da América, debaixo do mais belo céu situado, cortado de tão pujantes rios, que sobre leitos de ouro, e pedras preciosas rolam suas águas caudalosas; este vasto terreno revestido de eternas matas, onde o ar está sempre embalsamado com o perfume de tão peregrinas flores, que em chuva se despencam dos verdes dosséis pelo entrelaçamento formados dos ramos de mil espécies; estes desertos, remansos, onde se anuncia a vida por esta voz solitária da cascata, que se desempenha, por este doce murmúrio das auras, que se embalam nas folhas das palmeiras, por esta harmonia grave e melancólica das aves, e dos quadrúpedes(...) (MAGALHÃES, 1836, p. 154).

A partir dos excertos da obra, percebe-se como, em “*Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*”, Magalhães aproxima-se [e muito] de *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil* de Denis. Mesmo publicados com uma década de diferença, ambos podem ser vistos como uma espécie de manifesto do Romantismo brasileiro em função de seu pioneirismo e da exposição de ideias que produziram reflexos pelos anos que se seguiram. De acordo com Ricupero (2004, p. 96):

Magalhães, seguindo os passos de Denis, estabelece, assim, os fundamentos do romantismo brasileiro: o meio, representado por uma natureza exuberante, habitado pelo índio, portador da singularidade brasileira, devendo seus significados serem apreendidos pela especial sensibilidade do artista.

Após a *Niterói*, outras revistas foram criadas com interesses semelhantes. Em 1843, a *Revista Minerva Brasiliense* surge através de uma associação de literatos que conservava muitos nomes da *Niterói* e com outros românticos como Joaquim Norberto Sousa e Silva e Santiago Nunes Ribeiro. Antonio Candido (2002, p. 38) considera o ensaio “*Da nacionalidade da literatura brasileira*” publicado por Nunes Ribeiro na *Minerva Brasiliense* o mais coerente escrito na época, por levar em consideração o meio e a época ao analisar literaturas. Dessa forma, a crítica surgida com o movimento romântico deveria abandonar os padrões categóricos e o autoritarismo para poder, dessa forma, “analisar a correlação entre a obra e a época para compreender o seu significado”. Seguindo essa mesma linha, Candido considera que a *Minerva Brasiliense*, juntamente com a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, representou uma oportunidade de verdadeiro enriquecimento da cultura erudita do Rio de Janeiro.

A partir de 1849, a *Revista Guanabara* passa a ser editada também pelos românticos anteriormente envolvidos com as duas primeiras revistas. Araújo Porto Alegre, Joaquim Manoel de Macedo e Antônio Gonçalves Dias compunham a direção de publicação da revista. Bernardo Ricupero (2004, p. 100) salienta a “missão conservadora” que carrega a *Guanabara*.

Assim, apesar de haver continuidade entre a *Niterói* e a *Minerva Brasiliense*, como inclusive é proclamado na apresentação da revista, ela surge num novo contexto. No fim da apresentação, apesar do tom saint-simoniano, ficam claras as intenções dos literatos: ‘basta de épocas críticas, (...) comecemos a nossa época orgânica.

Após a última publicação no ano de 1852, a revista retorna em 1855, graças ao apoio de Dom Pedro II. Mesmo com incentivo oficial, a *Guanabara* encerrou suas edições ainda em 1855. Outra revista que surge pelo esforço de nossos primeiros românticos é a *Revista Popular*, em 1859, sendo que sua circulação terá duração de três anos, constituindo-se no prenúncio do fim da era romântica no Brasil.

Vale lembrar que “(...) o Romantismo brasileiro foi inicialmente (e continuou sendo em parte até o fim) sobretudo nacionalismo.” (CANDIDO, 2002, p. 40). Para

Candido, o romance de Joaquim Manuel de Macedo, *A Moreninha*, de 1844, marcou o primeiro sucesso de público do movimento. No entanto, as verdadeiras obras nascidas do romantismo brasileiro são, segundo o autor, de autoria de Antônio Gonçalves Dias (1823-1864), com os livros *Primeiros Cantos* (1847), *Segundos Cantos* (1848) e *Últimos Cantos* (1851). Ele ressalta, contudo, que “a obra de Gonçalves Dias foi no Brasil a primeira de elevada qualidade depois dos árcades do século XVIII, como concepção e como escrita.” (CANDIDO, 2002, p. 43).

Além da vertente indianista, que marcou fortemente o romantismo brasileiro, a década de 50 conviveu com o ultrarromantismo. Afastando-se do interesse pela temática indígena e de cunho nacionalista, mas mantendo a inspiração pela natureza, esta corrente ultrarromântica foi marcada pela melancolia, pessimismo e pelo interesse na morte. Vivenciando intensamente o assim denominado mal do século, essa vertente foi constituída, em sua maioria, por jovens estudantes. Seu maior expoente foi Manuel Antônio Álvares de Azevedo (1831-1852). Sobre ele, Candido (2002, p. 54-55) salienta que:

Por isso, não apenas satirizou o indianismo como convenção vazia, mas negou a independência da literatura brasileira em relação à portuguesa, opondo-se deste modo a dois professores do seu Colégio Pedro II do Rio de Janeiro: Gonçalves de Magalhães e Santiago Nunes Ribeiro.

Durante a década de 70 do século XIX, os temas sociais passaram a ser mais incorporados ao movimento, com destaque para o tema da escravidão e da abolição. Alguns escritores tomaram posição a favor do fim do regime servil, como Antônio de Castro Alves (1847-1871) e Luís Gama (1830-1882). Em relação a este aspecto, Candido (2002, p. 77) salienta a importância de oradores como Rui Barbosa (1849-1923) e Joaquim Nabuco (1849-1910) na Campanha abolicionista. José de Alencar, um dos nomes mais conhecidos do movimento romântico, não tomou partido no tema da escravidão, mas atentou para suas consequências nefastas para a sociedade através de suas obras *Mãe*, de 1859, e *O Demônio Familiar*, de 1857. Os anos 70 do século XIX assistem também ao processo de declínio do romantismo e o início do parnasianismo na década de 80. A década de 70, além de marcar o período em que a discussão sobre raça se tornou mais latente no país, como veremos a seguir, também contou com uma geração que é bastante estudada por historiadores. Alonso

(2000. p. 17) destaca o papel dessa geração frente aos problemas sociais enfrentados na época:

A boa questão, me parece, é por que o movimento intelectual recorre a determinados elementos do repertório estrangeiro e nacional, composto por práticas e ideias, de seu tempo. Minha resposta é que suas razões são políticas. Os agentes mobilizaram intencionalmente elementos da política científica e da tradição nacional para exprimir seu dissenso com a ordem imperial. O movimento "intelectual" da geração 1870 foi, sobretudo, um movimento político de contestação.

O romantismo possui inegável importância na consolidação de uma literatura nacional, bem como serviu de suporte para a busca de uma identidade para nossa jovem nação independente, pautando-se, sobretudo, no sentimento nacionalista.

Quanto aos traços que é possível considerar mais característicos, destaca-se obviamente, como vimos, o nacionalismo, transformação do nativismo que vinha do começo do século XVIII e talvez tenha significado mais político do que estético, porque foi um desígnio correlativo ao sentimento de independência. No limite, o seu pressuposto de originalidade nacional era ilusório, porque implicava um estado imaginário de separação no conjunto das literaturas ocidentais, às quais a brasileira pertence organicamente e das quais não pode ser destacada. (CANDIDO, 2002, p. 87).

Quanto aos vínculos mantidos pela literatura romântica brasileira com a literatura ocidental, Antonio Candido (2002) elenca três processos, o de transposição, substituição e de invenção. A transposição ocorre no momento em que o autor insere no meio brasileiro expressões, lendas, imagens que são verdadeiramente europeias. Já a substituição, como o próprio nome já diz, consiste em substituir qualquer tipo de personagem, situação, imagem que seja europeia por algo genuinamente brasileiro; um exemplo claro é a substituição do cavaleiro pelo índio. Por fim, "podemos falar em invenção quando o escritor parte do patrimônio europeu para criar variantes originais." (CANDIDO, 2002, p. 96).

O processo de transposição, como salienta Candido (2002), encontra-se bastante perceptível no poema *Juvenília* (1865), de Luís Nicolau Fagundes Varela, com expressões como "pérola de Ofir" e "fada", que não são brasileiras. Já a assim denominada invenção pode ser vista no poema *Meu sonho* (1862), de Álvares de Azevedo. Segundo Candido (2002, p. 99):

Essa transformação de um gênero narrativo em gênero intimista pode ser considerado invenção, que todavia não apaga o laço orgânico em relação às

literaturas da Europa, das quais (nunca é demais repetir quando se fala do Romantismo com a sua forte componente nativista) a brasileira é um ramo.

Já o objetivo de realizar o processo denominado de substituição pode ser percebido claramente neste trecho de uma carta de Gonçalves Dias a um amigo. Sobre o desejo de escrever o poema que em 1857 foi publicado como *Os Timbiras*, Dias relata:

Imaginei um poema... como nunca ouviste falar de outro: magotes de tigres, de quatis, de cascavéis; imaginei mangueiras e jabuticabeiras copadas, jequitibás e ipês arrogantes, sapucaieiras e jambeiros, de palmeiras nem falemos; guerreiros diabólicos, mulheres feiticeiras, sapos e jacarés sem conta: enfim, um gênese americano [sic], uma Ilíada brasileira, uma criação recriada. Passa-se a ação no Maranhão e vai terminar no Amazonas com a dispersão dos timbiras; guerras entre eles e depois com os portugueses. O primeiro canto já está pronto, o segundo começado. (DIAS, 1847 apud SOUZA, 2020, p. 56).

Na sequência, será abordado de forma mais específica o movimento indianista, fruto e maior marco do romantismo brasileiro. Identificar e compreender as características desta vertente romântica será fundamental para o desenvolvimento do terceiro e último capítulo, no qual serão analisados alguns artigos publicados pela Revista do IHGB nos anos de culminância do indianismo.

3.1 “Dos inocentes filhos da natureza, que mal seu criador, seu Deus conhecem”: a representação do índio na vertente indianista

No período pós independência, como foi visto, a questão relacionada à busca por uma identidade genuinamente brasileira para a jovem nação ganhou especial atenção. Os letrados do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, bem como os escritores românticos, se esforçaram no objetivo de tornar a independência não apenas política, exaltando nossa natureza e buscando no passado as bases para nossa nacionalidade. Nesse processo de busca, a figura do índio foi forjada para atender a esse objetivo, afinal, nada mais brasileiro do que os primeiros habitantes do país que, ao mesmo tempo em que lutaram contra o avanço colonizador dos portugueses, contribuíram para sua consolidação, quer como mão de obra, quer através de seus legados culturais. Nas palavras de Cardoso (2005, p. 4):

Uma imagem de Brasil que se afasta da antiga metrópole em função de sua identidade. Ela organiza um passado e explica um presente contrapondo-se ao que lhe é exterior por meio de símbolos, hábitos, imaginário, moral e sentimentos. Representações de uma realidade que remetem entre outras características ao nacionalismo, mas antes disto, organiza 'a' origem para esta nação. A valorização das peculiaridades locais como a natureza, os sentimentos, as linguagens e o folclore, organiza o cenário nacional no foco principal, o índio.

Em 1837 é escrito, logo no início do movimento, o poema que é considerado por muitos autores como o primeiro poema indianista. Publicado na *Minerva Brasiliense* em 1844, *Nênia*, de Francisco Rodrigues Silva, narra a dor de uma mãe, a indígena Niterói, após perder um filho.

Ao focar uma indígena, chamada Niterói, que chora o filho morto, ou seja, a pietà do título do livro, e operar uma pluralização de significados em torno de sua figura, não só mãe índia, como mãe pátria e metáfora da cidade do Rio de Janeiro – sede do poder naquele período –, Silva dá o tom de algo que seria repetido século afora. (SANTOS, 2018, p. 297).

No mesmo ano de publicação de *Nênia*, Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa lança o seu poema *Três dias de um noivado*. Já no início do primeiro canto, Teixeira e Sousa escreve:

Os Altares do Deos dos povos cultos,
Sobre o dorso do mar, d'Europa vindos,
Já nas terras do Atlante se elevavam,
Entre selvagens povos. Incruentos,
Mais puros sacrifícios recebiam.
(TEIXEIRA E SOUSA, 1844, p.1).

Mais adiante, o autor descreve Myri'ba, destacando sua beleza em comparação com personagens da antiguidade clássica, demonstrando ainda a aproximação com o arcadismo, além de retratar a ligação com elementos da cultura europeia, evidenciando o processo que Candido (2002) descreve como “transposição”.

Se a linda americana Argivos vissem
Por Helena ou Campaspe a tomariam!
Nem muito fora se a roubara um Paris,
E por ela caísse em cinza inulta
Outra abrasada Ilion.
(TEIXEIRA E SOUSA, 1844, p. 22-23).

Ainda na década de 40, em 1847, Antônio Gonçalves Dias, nome importante do indianismo e considerado por Candido (2002) como autor das melhores obras

românticas do período, publica seus *Primeiros Cantos*. Sobre o autor, Schwarcz (1998, p. 13) destaca que:

Considerado como o grande autor romântico brasileiro Gonçalves Dias trouxe o indianismo para a poesia, ao mesmo tempo que respondia à provocação de Ferdinand Denis que em 1826 afirmara: “A América deve ser enfim livre em sua poesia como em seu governo”. Nem tão livre era o governo assim como reduzido era o círculo imperial. De toda maneira, partindo de documentos da história e da etnografia produzidos no IHGB, Gonçalves Dias cria uma poética voltada à formação do país: terra virgem, intocada até os primeiros contatos com a civilização. Entre seus *Primeiros cantos* (1847), *Segundos cantos* (1848), e *Últimos cantos* (1851), logo louvados no país, Dias dedicou muitos poemas à América e suas gentes.

Sua famosa *Canção do Exílio*, escrita em 1843, e depois publicada nos *Primeiros Cantos*, é conhecida pelos sentimentos de amor e saudade da terra natal, bem como pelo enaltecimento de nossas belezas naturais. Não é à toa que teve duas estrofes incorporadas ao Hino Nacional Brasileiro.

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.
Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas tem mais flores,
Nossos bosques tem mais vida,
Nossa vida mais amores.
(DIAS, 1843, p. 2)

O poema clássico de Gonçalves Dias, presente nos *Últimos Cantos*, *I-Juca-Pirama*, evoca os elementos da heroicidade e valentia indígena através da narrativa de um guerreiro Tupi que foi feito prisioneiro por uma tribo Timbira.

Meu canto de morte,
Guerreiros, ouvi:
Sou filho das selvas,
Nas selvas cresci,
Guerreiros descendo,
Da tribo tupy.
(DIAS, 1851, p. 18)

Após chorar, ao imaginar o triste destino que teria seu velho pai, sem poder contar com a ajuda do filho, o guerreiro é liberto por demonstrar fraqueza. O ato é reprovado pelo pai:

Tu choraste em presença da morte?
Na presença de estranhos choraste?

Não descende o cobarde do forte;
 Possas tu, descendente maldito
 De uma tribo de nobres guerreiros,
 Implorando cruéis forasteiros,
 Seres presa de vis Aymorés.
 (DIAS, 1851, p. 30)

A respeito da imagem do indígena que é forjada nos poemas indianistas de Gonçalves Dias, Ricupero (2004, p. 157) salienta que:

Significativamente, a maior parte das poesias indianistas de Gonçalves Dias transcorre antes da chegada do português na América. Dessa forma, seus heróis não encontram adversários pela frente, sendo capazes de desenvolver qualidades guerreiras análogas às da nobreza do Velho Mundo, tão admiradas pelo romantismo europeu e que o autor, que escreveu poesias em estilo medieval, estava longe de desconhecer. Ou melhor, os inimigos dos indígenas cantados pelo poeta maranhense, quase sempre tupis, são também indígenas. Por meio deles, igualmente valorosos como adversários, os índios de sua predileção têm a oportunidade de dar provas de coragem.

Outra grande obra do indianismo brasileiro, *A Confederação dos Tamoios*, publicada em 1856, por Gonçalves de Magalhães, agradou, especialmente, o imperador Dom Pedro II. O poema relata o conflito entre os Tamoio e os portugueses. No entanto, como aponta Schwarcz (1998, p. 132), o choque não se limita à resistência de indígenas aos portugueses. Magalhães foi além dessa clássica dicotomia, porque não existia apenas o colonizador movido pela busca de riquezas, mas, também, os religiosos interessados em disseminar a fé e a salvação. O indígena também é descrito a partir de uma dualidade: o selvagem e aquele que permite ser catequizado.

Raças mil de homens livres sem cultura,
 Cujas origens até hoje ignora o mundo,
 Estes sertões outr'ora povoaram,
 Antes que a indústria e as artes, transplantadas
 Pelas mãos do Europeu, aqui mudassem
 Brutas pedras e troncos em cidades.
 Mas quanto, oh Parahyba, quanto sangue
 De inocentes indígenas primeiro
 Tuas águas tingiu, regou teus campos!
 Tu ó, Religião subtil e santa
 Do Deus por nosso amor martyrisado,
 Tu só consolador oleo verteste
 Nos ulcerados corações dos índios.
 Tu só com mão piedosa a almas corda
 D'harpa misteriosa revolvendo
 Mllagrosos accents extrahiste,
 (MAGALHÃES, 1856, p. 11)

Sobre a escravização da população indígena pelos colonizadores, Magalhães (1856, p. 12) afirma:

Pranto verteis, meus olhos magoados?
 Tanto dos Índios vos contrista a sorte,
 Ou dos nossos maiores a dureza
 Com que à escravidão os reduziram?
 A escravidão! ... oh céos! Quando do mundo
 Tão grande crime fugirá p'ra sempre?
 Máos, sim, nossos pais foram p'ra com eles.
 Torpe ambição, infame crueldade
 Os esforços mil vezes deslustraram
 Dos primeiros colonos Lusitanos,
 Que o amor do áureo metal e feios crime
 A estas virgens plagas conduziram.

O visconde de Araguaia defende que os índios deveriam aceitar a fé cristã oferecida pelos religiosos e chama a atenção para os conflitos que essa aceitação provocava, ao contrapor os interesses dos religiosos aos dos colonos portugueses. A respeito dessa questão, Ricupero (2004, p. 161) salienta:

Ainda que fossem comuns na colônia os conflitos entre os padres jesuítas e os colonos portugueses, motivados principalmente pela atitude diante dos índios, a solução proposta pelo autor de *A confederação dos tamoios* não é das mais realistas. Até porque a colonização foi uma empresa comercial, justificada ideologicamente pela conversão de povos infiéis. Portanto, motivos econômicos e religiosos formavam um complexo, mesmo que contraditório, que não pode ser separado.

Nas primeiras páginas de *A Confederação dos Tamoios*, o autor dedica a obra “à sua majestade imperial, o senhor d. Pedro II. Imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil.”

Na sequência, Magalhães explana seu sentimento de grande admiração pelo monarca:

“(...) é este nobre sentimento que me inspira a ideia de oferecer e dedicar a Vossa Majestade Imperial este meu trabalho literário, como um tributo espontâneo de um súdito fiel ao melhor dos Monarcas. Vossa Majestade Imperial deseja ser amado por suas virtudes públicas e privadas, que tanto edificam: e o Brasil todo o ama e o admira.” (MAGALHÃES, 1856, p. 9-12).

Figura 2 – Dedicatória para Dom Pedro II na obra *A Confederação dos Tamoios*



Fonte: Biblioteca Digital de Literatura de Países Lusófonos.

Apesar de contar com o apoio de Dom Pedro II, não foi a todos que a obra de Magalhães agradou. Um de seus maiores críticos foi justamente outro nome importante do romantismo brasileiro, José de Alencar. Alencar destilou suas críticas utilizando o pseudônimo de Ig, questionando as proporções que o poema de Magalhães – sem razão – teria tomado no sentido de tornar-se praticamente um poema de literatura oficial. As opiniões de Alencar não passaram despercebidas para o grande entusiasta de *A Confederação dos Tamoios* e não tardou para que Dom Pedro II publicasse, sob o pseudônimo de “o outro amigo do poeta”, elogiosos discursos sobre a obra de Magalhães.

Sobre esse atrito, Ricupero (2004) destaca que ele marca uma nova conjuntura para o romantismo brasileiro, marcada pela polêmica entre Alencar e Magalhães e pela publicação, concomitantemente, da obra consagrada *O Guarani* (1857).

”São evidentes as diferenças que aparecem entre a representação do indígena em Magalhães e em Alencar. Ou melhor, se para os primeiros românticos, que escreviam pouco depois da independência, ainda se tratava de glorificar o índio em oposição ao português, tal problema passa a ser pouco atual com a consolidação do Estado no Brasil. A questão não é mais tanto afirmar a autonomia brasileira, que já não se discute, mas de como construir uma nação que não pode prescindir da influência do conquistador.

Assim, ganha premissa o tema da mestiçagem entre índio e português, com a significativa ausência do negro.”

“A diferença fundamental entre Alencar e Magalhães é, porém, outra. O escritor cearense defende a tese de que, para existir literatura nacional, não basta tratar de temas brasileiros, como teria ocorrido na *Confederação dos Tamoios*, sendo preciso também encontrar a forma literária que melhor expresse a experiência da sociedade da qual provém o autor. Para tanto, elege o romance como gênero mais adequado à sua época.” (RICUPERO, 2004, p. 164).

O romance é protagonizado por Peri, o indígena que funde os ideais de bondade e bravura, muito se assemelhando ao bom selvagem de Rousseau. Segundo Schwarcz (1998, p. 138) “é assim que, em uma terra de passado e nobreza recentes, Alencar recria um passo mítico com seus senhores valentes e bondosos, e indígenas fiéis e honrados.”

Enquanto que, em *O Guarani*, o herói Peri simboliza a natureza brasileira, em outro romance famoso de Alencar, *Iracema* (1855), é a “virgem dos lábios de mel” a responsável por refletir a brasilidade e também uma forma de apreço alencariana pela resignação e benevolência indígenas. O próprio título da obra forma um anagrama com América. “De qualquer forma, fica indicado em *Iracema*, assim como em *O Guarani*, que, da relação entre natureza americana e civilização europeia, deve surgir algo novo, possivelmente uma civilização americana.” (RICUPERO, 2004, p. 171).

Na sequência, abordaremos, assim como foi feito em relação ao Indianismo, como as três raças que teriam formado o Brasil foram utilizadas para forjar um sentimento de unidade nacional.

3.2 “Jamais nos será permitido duvidar que a vontade da Providencia predestinou ao Brazil esta mescla”: a formação do país através das três raças

Em um país com instituições empenhadas em forjar uma identidade tornava-se necessário encontrar um lugar – tanto no passado, quanto no presente – para sua população. No caso brasileiro, considerando a vasta miscigenação ocorrida entre europeus, indígenas e negros, a situação era bastante complexa. Enquanto o elemento indígena ganhou especial atenção com o advento do indianismo, passou-se a pensar também, especialmente (mas não somente) a partir da década de 1870, em como acomodar a mestiçagem em nossa história.

A publicação do livro *A origem das espécies* (1859), de Charles Darwin, representou um passo importantíssimo para as discussões sobre raça. Conforme salientado por Schwarcz (1993, p. 74):

Questão fundamental, a mistura de raças na versão poligenista apontava para um fenômeno recente. Os mestiços exemplificavam, segundo essa última interpretação, a diferença fundamental entre as raças e personificavam a 'degeneração' que poderia advir do cruzamento de 'espécies diversas'. Com respeito a essa noção, conviviam, inclusive, argumentos variados. Enquanto Broca defendia a ideia de que o mestiço, à semelhança da mula, não era fértil, teóricos deterministas como Gobineau e Le Bon advogavam interpretações opostas, lastimando a extrema fertilidade dessas populações que herdavam sempre as características mais negativas das raças em cruzamento. O certo, porém, é que a miscigenação, com sua novidade, parecia fortalecer a tese poligenista, revelando novos desdobramentos da reflexão. As raças humanas, enquanto 'espécies diversas', deveriam ver na hibridação um fenômeno a ser evitado.

No entanto, no Brasil, antes mesmo de a discussão racial tornar-se mais intensa a partir de 1870 e também anteriormente à obra de Darwin, o tema da raça se avultou após uma proposta do cônego Januário da Cunha Barbosa. O secretário-perpétuo do IHGB lançou um concurso, em 1840, para premiar quem propusesse o melhor texto para o seguinte desafio: "Como se deveria escrever a história do Brasil". O vencedor foi o viajante alemão Carl Friedrich Philipp von Martius, que deu especial atenção ao tema da raça, sublinhando os elementos que não podiam ser esquecidos por quem fosse escrever a história do país:

São, porém, estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor de cobre ou americana, a branca ou Caucasiana, e enfim a preta ou ethiópica. Do encontro, da mescla, das relações mutuas e mudanças d'essas três raças, formou-se a actual população, cuja historia por isso mesmo tem um cunho muito particular. (MARTIUS, 1844, p. 382).

Martius salienta a situação particular do Brasil, isto é, um país que havia resultado dessa mistura de raças e como cada uma delas havia interferido na construção de nossa trajetória histórica: "Pode-se dizer que a cada uma das raças humanas compete, segundo a sua índole innata, segundo as circunstancias debaixo das quaes ella vive e se desenvolve, um movimento histórico característico e particular". (MARTIUS, 1844, p. 382). Mas, ao falar sobre as raças formadoras do Brasil, o autor deu especial atenção e crédito ao europeu:

Cada uma das particularidades physicas e moraes, que distinguem as diversas raças, oferece a este respeito um motor especial; e tanto maior será a sua influência para o desenvolvimento comum, quanto maior for sua energia, número e dignidade da sociedade de cada uma d'essas raças. D'isso necessariamente se segue que o Portuguez, que, como descobridor, conquistador e Senhor, poderosamente influiu n'aquela desenvolvimento; o Portuguez, que deu as condições e garantias moraes e physicas para um reino independente; que o Portuguez se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas também de certo seria um grande erro para com todos os principios da Historiographia-pragmatica, se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças essas que igualmente concorrem para o desenvolvimento physico, moral e civil da totalidade da população. (MARTIUS, 1844, p. 382).

Martius (1844, p. 383) utiliza a metáfora de um rio para exemplificar a mistura de raças, novamente ressaltando a superioridade portuguesa em relação às demais raças, mas, também, atentando para o fortalecimento que essa convergência de raças trouxe:

Jamais no será permitido duvidar que a vontade da Providencia predestinou ao Brazil esta mescla. O sangue Portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluentes das raças India e Ethiopica. Em a classe baixa tem logar para esta mescla, e como todos os paízes se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio d'ellas se vivificam e fortalecem, assim se prepara actualmente na ultima classe da população Brasileira essa mescla de raças, que d'ahi a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes communicará aquella actividade historica para a qual o Imperio do Brazil é chamado.

Ao abordar o ofício do historiador, o naturalista discorreu sobre a necessidade de as raças formadoras do Brasil serem contempladas por aqueles que pretendiam escrever a história do país:

Portanto devia ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brazil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de três raças humanas, que n'esse paiz são collocadas um ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na historia antiga, e que devem servir-se mutuamente de meio e de fim. (MARTIUS, 1844, p. 384).

Logo em seguida, conclui:

Com quanto mais calor e viveza elle defender em seus escriptos os interesses d'essas por tantos modos desamparadas raças, tanto maior será o merito que imprimirá a sua obra, a qual terá igualmente o cunha [sic] d'aquella phiilantropia nobre, que em nosso século com justiça se exige do historiador. Um historiador que mostra desconfiar da perfectibilidade de uma parte do genero humano auctorisa o leitor a desconfiar que elle não sabe collocar-se acima de vistas parciais ou odiosas. (MARTIUS, 1844, p. 384).

Após essas considerações sobre as três raças e sobre como o historiador deve tratá-las, Martius aborda cada uma das raças separadamente. A primeira parte, *Os Índios (a raça cor de cobre) e sua historia como parte da historia do Brazil*, como o próprio título deixa claro, aborda a questão indígena e como esta deveria ser desenvolvida pelo pesquisador que se dedicasse à esta temática:

Ainda não ha muito tempo que era opinião geralmente adoptada que os Indígenas da America foram homens directamente emanados da mão do Creador. Consideravam-se os aborígenes do Brazil como uma amostra do desenvolvimento possível do homem privado de qualquer revelação divina, e dirigido na vereda de suas necessidades e inclinações phisicas unicamente por sua razão instinctiva. Enfeitando com as cores de uma philantropia e philosophia enganadora, consideravam este estado como primitivo do homem; procuravam explica-lo, e d'elle derivavam os mais singulares principios para o direito publico, a Religião e a historia. Investigações mais aprofundadas porém provarão ao homem desprevenido que aqui não se trata de estado primitivo do homem, e que pelo contrario o triste e penível quadro, que nos offerece o actual Indigena Brasileiro, não é senão o residuo de uma muito antiga, posto que perdida historia. (MARTIUS, 1844, p. 385).

Além da chamar a atenção para a necessidade de os historiadores se dedicarem à temática indígena, o naturalista recomenda que o IHGB seleccionasse um grupo de linguistas para a elaboração de dicionários das línguas indígenas.

A segunda parte do trabalho de Martius, intitulada *Os Portuguezes e a sua parte na Historia do Brazil*, aborda o papel dos portugueses na formação das três raças brasileiras, ressaltando:

Quando os Portuguezes descobriram o Brazil, e n'elle se estabeleceram, acharam os Indigenas proporcionalmente em tão diminuto numero e profundo aviltamento, que nas suas recém-fundadas colonias podiam desenvolver e estender-se quasi sem importar-se dos autochtonos. Estes exerceram sobre os colonos uma influencia negativa tão somente, por quanto só os forçaram a acautelar-se contra as suas invasões hostis, e por isso crearam uma instuição singulas de defesa, o Systema das Milicias. (MARTIUS, 1844, p. 389).

Martius também destaca e faz elogiosas considerações sobre o papel desempenhado pelos jesuítas no período colonial brasileiro.

Das ordens religiosas todas, a dos Jesuitas representou o mais notavel papel, e suas construções são os unicos monumentos grandiosos, ainda existentes d'aquelles remotos tempos; como tambem instituições suas ha que até o presente não desapareceram inteiramente, nem perderam certa influencia. (MARTIUS, 1844, p. 393).

Em seguida, ressalta sua importância para os indígenas, seja para civiliza-los ou para protegê-los contra os colonos.

Em geral, devemos reconhecer que a actividade de todas estas ordens não era desfavorável ao Brazil. Nós vemos muitas vezes que ellas eram os unicos motores de civilização e instrucção para um povo inquieto e turbulento. Outras vezes nós vemos ellas proteger os opprimidos contra os mais fortes. (MARTIUS, 1844, p. 394).

Por fim, Martius escreve sobre a população negra na parte intitulada *A raça Africana em suas relações para com a historia do Brazil*. Nela, o naturalista questiona como seria o país se não tivesse ocorrido a introdução dos negros, através do tráfico e de sua escravização, sem, no entanto, responder à questão que propôs.

Não ha duvida que o Brazil teria tido um desenvolvimento muito diferente sem a introdução dos escravos negros. Se para o melhor ou parar o pior, este problema se resolverá para o historiador, depois de ter tido occasião de ponderar todas as influencias, que tiveram os escravos Africanos no desenvolvimento civil, moral e politico da presente população. Mas, no actual estado das cousas, mister é indagar a condição dos negros importados, seus costumes, suas opiniões civis, seus conhecimentos naturaes, preconceitos e superstições, os defeitos e virtudes proprias a sua raça em geral, &c., &c., se demonstrar quizermos como tudo reagiu sobre o Brazil. (MARTIUS, 1844, p. 397).

Ao final de seu texto, Martius novamente aborda os deveres de um historiador que se propõe a retratar a história do Brasil. Para o naturalista, ele deveria se guiar pelo ideal de despertar nos indivíduos um sentimento de amor e pertencimento à sua nação. Ideal que era caro tanto ao IHGB, quanto ao movimento romântico em voga nesse período.

Por fim devo ainda ajuntar uma observação sobre a posição do historiador do Brazil para com a sua patria. A história é uma mestra, não somente do futuro, como tambem do presente. Ella pôde difundir entre os contemporaneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra historica sobre o Brazil deve, segundo minha opinião, ter igualmente a tendencia de despertar e reanimar em seus leitores Brasileiros amor da patria, coragem, constancia, industria, fidelidade, prudencia, em uma palavra, todas as virtudes cívicas. (MARTIUS, 1844, p. 401).

Como já ressaltamos, o auge da discussão sobre raça no país se daria partir de 1870, como se pode constatar neste trecho extraído de um trabalho de Couto de Magalhães publicado na Revista do IHGB do ano de 1873.

Depois de estudar a opinião dos diversos escriptores que se hão especialmente occupado d'essas questões (dos quaes alguns sustentam que a especie humana perderá com o cruzamento, porque a raça branca, incontestavelmente a melhor que existe, ficará degenerada), conclue, que o resultado final será benefico para a humanidade: nós accrescentaremos que será benefico tambem para o Brasil. (MAGALHÃES, 1873, p. 467).

Em seguida, Magalhães acrescenta:

Não devemos conservar pois apprehensões e receios a respeito dos futuros habitantes do Brasil. Cumpre apenas não turbar, partindo de prejuizos de raças, o processo lento, porém sabio, da natureza. Nosso grande reservatorio de população é a Europa; não continuamos a importar africanos; os indigenas, por uma lei de selecção natural, hão de cedo ou tarde desaparecer; mas, se formos previdentes e humanos, elles não desaparecerão antes de haver confundido parte do seu sangue com o nosso, communicando-nos as immunidades para resistir a acção deleteria do clima intertropical que predomina no Brasil. (MAGALHÃES, 1873, p. 470).

Este excerto de Magalhães aponta para uma visão sobre as três raças muito mais elaborada do que aquela que percebemos em Martius, cujas ideias nos oferecem uma prévia do que será mais amplamente abordado no IHGB a partir dos anos 70. Como salienta Barbato (2016, p. 202):

Resistentes como seus antepassados negros e índios, e ativos como seus antepassados europeus, o IHGB quebra uma noção europeia de que se tratavam de elementos inferiores, para depositarem neles a chave para o sucesso brasileiro. Mas nunca devemos nos esquecer: toda essa positividade sobre o mestiço se dava em meio a uma noção de que ele deveria desaparecer, dentro do processo de branqueamento que esses mesmos defensores vislumbravam para esse Brasil o qual pensavam, o que faria com que, após cumprirem seu papel de fixação do europeu, desaparecessem em meio as ondas de imigração europeia que chegavam ao Brasil, entrementes ao declínio das populações negras e indígenas, observadas no mesmo período.

Martius pode ser percebido, portanto, como um precursor das abordagens sobre raça nos anos que se seguem ao concurso proposto pelo IHGB e também daquelas que se referem à escrita da história do país. Esta condição é descrita por Ricupero (2004, p. 125), para quem:

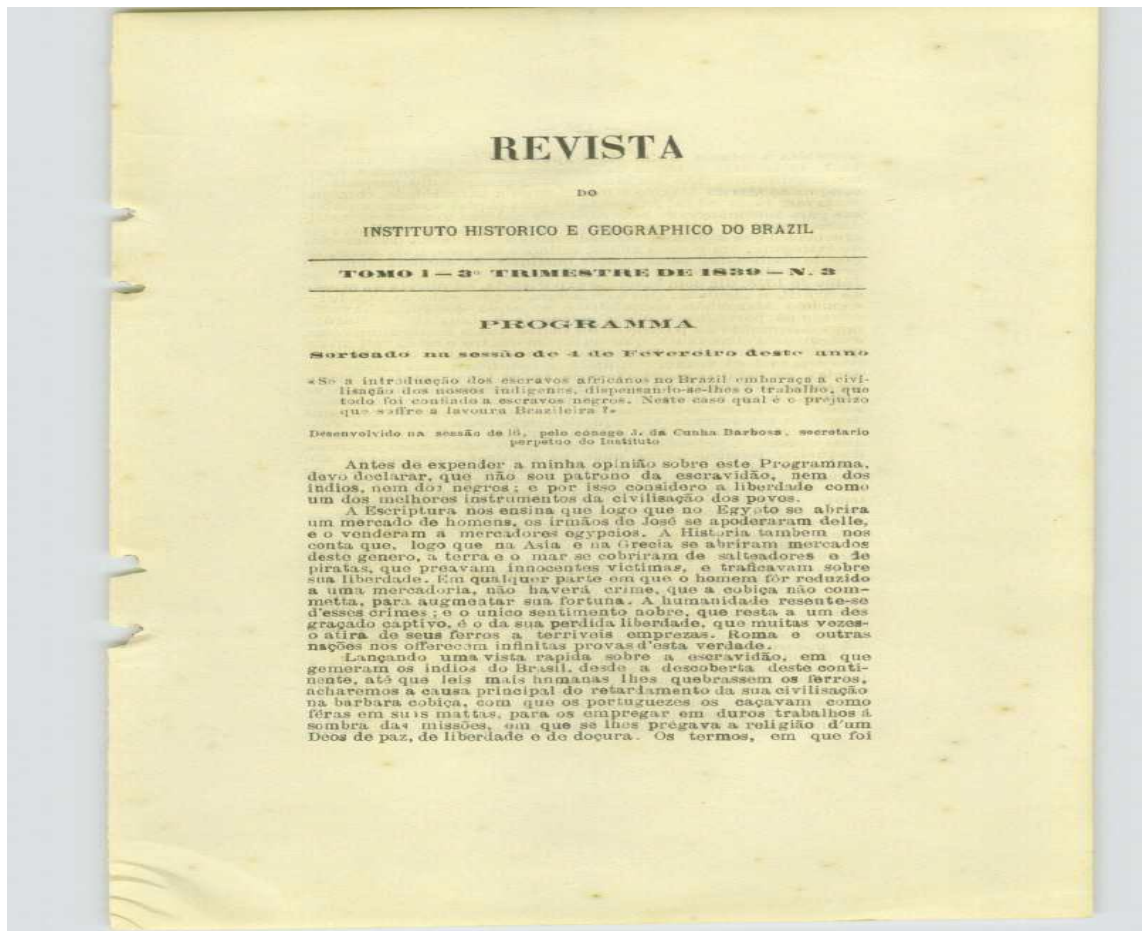
Martius pode ser visto como o iniciador de toda uma linha de interpretação do Brasil, provavelmente a de maior êxito, tendo mesmo, de filosofia, se convertido em senso comum. Do romantismo a Gilberto Freyre, passando, aos trancos e barrancos, pelo evolucionismo e o positivismo, acreditou-se que o Brasil era essencialmente um país mestiço; o que foi visto por alguns como vantagem e por outros como defeito. Martius merece, portanto, o duvidoso título de avô da ideologia de democracia racial no Brasil. (RICUPERO, 2004, p. 125).

A seguir, no terceiro e último capítulo, discutimos alguns dos artigos publicados pela Revista do IHGB, concentrando-nos no período que se estende de 1839 a 1850, a fim de perceber como seus autores se manifestaram sobre a questão indígena e qual a influência que o Romantismo efetivamente exerceu sobre suas ideias.

4 “QUANTO CUSTA ASCENDER A LUZ DA RAZÃO EM ESPÍRITOS QUASE APAGADOS”: O TRATAMENTO DESTINADO À QUESTÃO INDÍGENA NA REVISTA DO IHGB ENTRE 1839 E 1850

No decorrer deste capítulo, como foi anteriormente destacado, partimos de uma amostragem de artigos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entre os anos de 1839 e 1850. Selecionamos um artigo por número da revista, sendo que, através de sua análise, procuramos discutir como a temática indígena foi abordada e qual a relação que se pode estabelecer entre os posicionamentos dos autores com o movimento indianista.

Figura 3 - R.IHGB do ano de 1839



Fonte: Coleção R.IHGB.

O artigo que selecionamos do primeiro número da R. IHGB foi escrito pelo secretário perpétuo do Instituto, o Cônego Januário da Cunha Barbosa. A revista divulga o artigo em forma de programa, cujo objetivo é o de avaliar qual os efeitos que

a escravidão negra teve no processo de civilização dos indígenas em nosso país. Nas palavras do próprio autor:

Se a introdução dos escravos africanos no Brazil embarça a civilização dos nossos indígenas, dispensando-lhes o trabalho, que todo foi confiado a escravos negros. Neste caso qual é o prejuízo que sofre a lavoura Brasileira? (BARBOSA, 1839, p. 123).

Logo no início de seu texto, Barbosa destaca seu papel contrário à escravidão, ressaltando seus efeitos nefastos para qualquer população e elencando a liberdade como papel fundamental para a civilização. No caso brasileiro, a escravidão infligida aos indígenas durante a colonização teria sido a grande responsável pela dificuldade de civilizar esses povos.

Lançando uma vista rápida sobre a escravidão, em que geraram os índios do Brazil, desde a descoberta deste continente, até que leis mais humanas lhes quebrassem os ferros, acharemos a causa principal do retardamento da sua civilização, na barbara cobiça com que os portugueses os caçavam como feras em sua mattas para os empregar em duros trabalhos á sombra das missões, em que se lhes pregava a religião d'um Deos de paz, de liberdade e de doçura. (BARBOSA, 1839, p. 123).

O secretário do IHGB segue fazendo críticas à forma como se deu a relação entre europeus e indígenas. Para Barbosa (1839, p. 124), os portugueses falharam ao cometer violências contra os indígenas e ao dizimar a imensa maioria de sua população, ao invés de se empenharem em catequizá-los pelos preceitos do cristianismo. Nesse sentido, também são feitas elogiosas considerações sobre o padre Antônio Vieira, no que tange à sua defesa pela liberdade indígena, porém, em seguida, Barbosa (1839, p. 125) ressalta:

Assim o eloquente e apostolico missionario, offereceu novo embarço a civilização dos seus convertidos, querendo que se transportassem o babaros africanos, que vieram tambem lavrar as terras do Brazil como bestas de carga, passando-se a elles a cubiça dos desalmados portugueses.

O autor afirma que somente pela catequização seria possível ocorrer a civilização dos indígenas e, para tal, defende a ação das missões jesuítas nesse processo:

Resulta de tudo isto, que a escravidão foi um forte embarço á civilização dos índios; pois que elles, segundo o testemunho do mesmo padre Vieira, só fugiam da catechese por medo da escravidão, e desconfiados da falta de cumprimento de promessas, que se lhes faziam. Ainda assim mesmo algum

progresso teria a sua civilização, se continuassem as missões; porém, estas affrouxaram com a expulsão dos Jesuitas e acabaram de todo, com a maior introdução no Brazil dos escravos africanos. Parece que a catechese era sustentada pela cobiça de homens, que á sua sombra captavam os índios; e esta mesma cobiça, empregando-se em transportar africanos, esqueceu-se de todo da civilização dos índios. Como somos de opinião que só pela catechese se podem desentranhar os indigenas de suas mattas, e trazê-los aos primeiros caminhos da civilização, cremos, por isso mesmo, que a introdução dos negros é um grande obstáculo a esse empreza. (BARBOSA, 1839, p. 127).

Barbosa salienta a necessidade de criar nos indígenas hábitos ligados à uma rotina de trabalho, de maneira diferente do que havia sido feito até então, recorrendo à violência. Para ele, através do processo de catequização, seria possível civilizar essas populações e, dessa forma, dispensar a escravidão africana.

A experiencia nos mostra, que os índios são aptos para todos os trabalhos, a que se applicem, ou em terra, ou nos rios e mares. O que hoje fazem os negros, elles o faziam, posto que violentados, e por isso mesmo sem proveito de seu adiantamento. Parece que o primeiro cuidado, que deveriamos ter, para os fazer passar do estado nomade, em que vivem quasi todos, para o de pastor e agricultor, deveria ser convertê-los á religião christã, e crear nelles certas necessidades, que os obrigassem a pequenos trabalhos, com que houvessem os objectos então necessarios. Este commercio seria de certo um de seus mais fortes vínculos sociaes, e ainda que seja mui difícil crear novos habitos em homens totalmente filhos da Natureza, todavia esses habitos iriam nascendo em seus filhos, aperfeiçoando-se pela nossa communicação, e avigorando-se pelo correr dos tempos. Se este systema não fossem interrompidos pelas causas, que temos apontado, veríamos ainda existentes muitas povoações indigenas, que de todo se extinguiram. As gerações d'esses, que os Jesuitas principiaram a civilisar, pugnando tanto pela sua liberdade, e contra o mau tratamento, que se lhes dava, hoje estariam crescidos e civilizados, a ponto de servirem por estipendio em nossos campos. (BARBOSA, 1839, p. 127).

No final do artigo, o cônego Barbosa conclui:

Talvez não seja mui longe da verdade o dizer-se, que os nossos lavradores, acostumados a servirem-se de escravos como machinas, voltaram-se para os negros, quando não tiveram mais índios, que empregassem como força bruta. Os pobres negros, fóra de seus paiz natal, são menos aptos aos nossos trabalhos, do que os índios; e o beneficio da liberdade, que elles receberam, depois de tantas leis que ficam citadas, tornou-se de pouco ou nenhum fructo pela falta de catechese, e de um systema bem concertado de civilização. A necessidade de trabalhadores obrigaria os fazendeiros a ser mais humanos com os índios livres, se lhes não tivesse sido fácil comprar negros para os substituir em suas lavouras. Os negros, portanto, servem de embaraço á civilização dos índios; e o que mais é, servem não pouco de retardar a nossa propria civilização, o que deixo de tratar, por não ser d'este programa. (BARBOSA, 1839, p. 128).

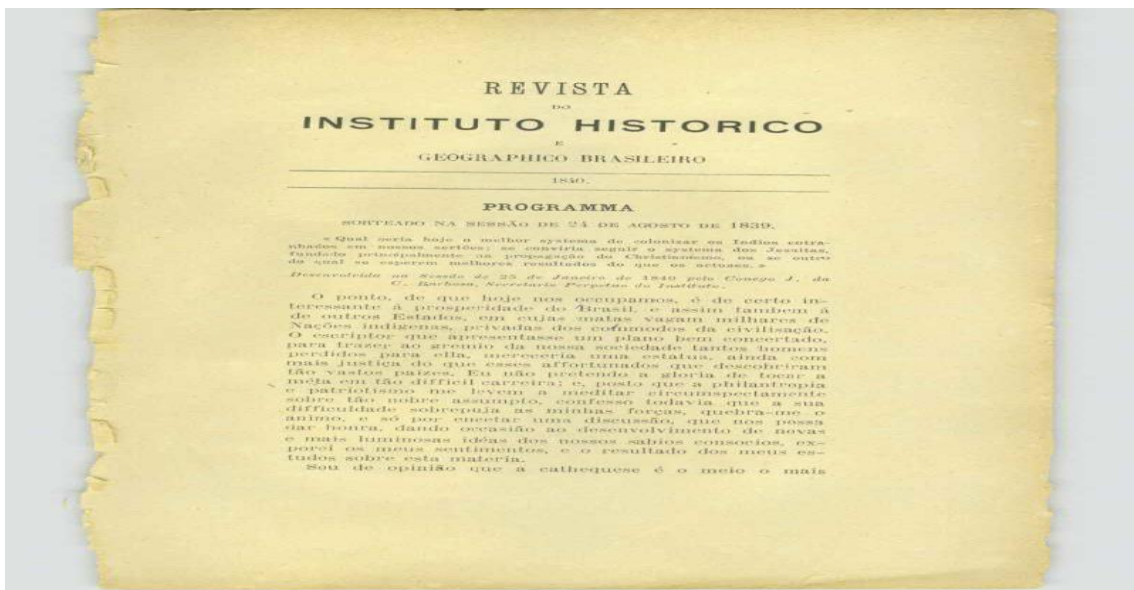
Como o autor deixa claro no decorrer do artigo, a introdução do trabalho escravo africano causou sérios danos no processo de civilização da população

indígena. O trabalho nas lavouras, segundo ele, deveria ser destinado aos indígenas, com o intuito de civilizá-los concomitantemente à catequização cristã. Sua inserção no trabalho agrícola traria o benefício de um modo de vida mais próximo ao modelo ideal de civilização e mais distante de uma vida bárbara.

No ano seguinte, 1840, o cônego Januário da Cunha Barbosa publicou um novo artigo no segundo número da R. IHGB, enfocando, novamente, o tratamento que deveria ser adotado em relação aos indígenas. No texto, Barbosa (1840, p. 3) se propõe a analisar:

Qual seria hoje o melhor systema de colonizar os Indios entranhados em nossos sertões; se conviria seguir o systema dos Jesuitas, fundado principalmente na propagação do Christianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os actuaes.

Figura 4 – R.IHGB do ano de 1840



Fonte: Coleção R.IHGB.

Logo no início de seu artigo, Barbosa deixa claro que sua convicção era de que somente a catequese era capaz de livrar os indígenas do seu estado de barbárie e inseri-los na civilização. O autor reitera a importância dos jesuítas nesse processo, buscando deixar de lado, como ele mesmo coloca, a questão política envolvida.

Na maior parte do texto, o cônego ocupa-se de citar escritos do padre Antônio Vieira, por quem, claramente, tem grande admiração. De forma muito semelhante ao artigo analisado anteriormente, Barbosa ressalta o papel essencial que a catequese e

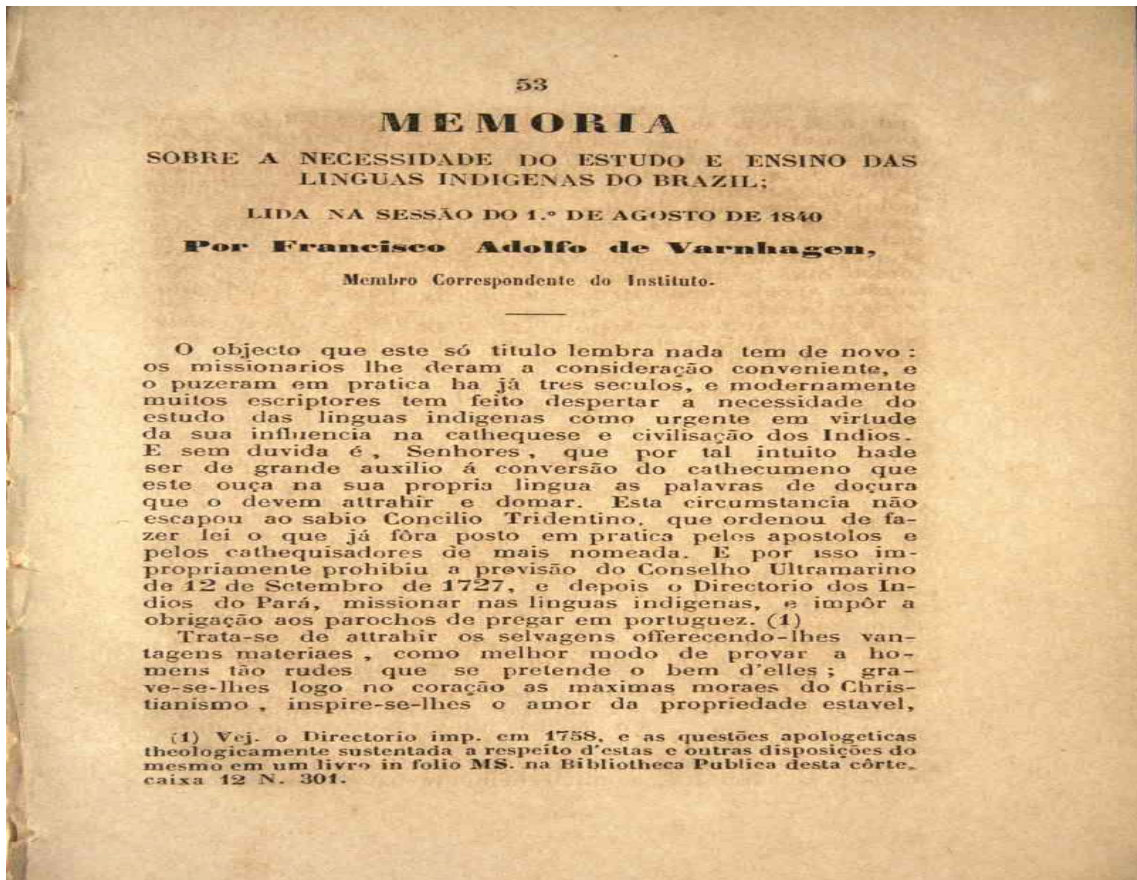
o trabalho tinham no sentido de civilizar os indígenas e tirá-los do seu estado de natureza. Nas palavras do autor:

Com tudo, para melhor desenvolvimento desta verdade, cumpre lembrar que quasi todas as Nações Indias, encontradas nas terras comprehendidas entre o Amazonas e o Prata, se devem considerar como compostas de homens apenas sahidos das mãos da natureza: acostumados a sustentar-se dos fructos que encontram em suas divagações, da caça e da pesca, onde mais abundantes se lhes offerecem, sem domicilio certo, sem patria, sem leis, sem vestígios de qualquer civilização. A passagem repentina, por tanto, de uma tal gente para o estado social, que suppõe muitos annos de observações e de experiência, deve ser quasi impossivel, e até mesmo fatal, porque as relações, em que estão os povos civilizados, assentam sobre bases que totalmente faltam aos nossos indígenas; seus habitos são tão curtos como suas necessidades; seus habitos de vida errante e selvagem tem formado nelles como uma nova natureza, difficil de vencer-se. Que cumpre pois fazer em tal caso? Aproveitar, do modo possivel, e com toda a prudencia, esses filhos das brenhas proporcionando-lhes um trabalho compatível com os seus habitos de vida e empregando ao mesmo tempo o maior develo na educação de seus filhos, nos quaes se deve firmar a maior esperança da desejada civilização. (BARBOSA, 1840, p. 5).

Em seu plano de civilização para os indígenas, Barbosa condena o uso de violência e entende que seu uso atrapalhava o processo no momento em que se plantava nos indígenas a desconfiança, o medo e o ódio. Por compreender que se tratava de um processo longo, sua esperança era de que no futuro essas populações pudessem desfrutar da civilização. Para tanto, o autor sugere que se investisse, especialmente, na educação das crianças, observando a importância de se propagar os ensinamentos na língua nativa dos indígenas e de fazer uso de cantos e instrumentos musicais, que eram tão caros a essas populações.

Um dos artigos do terceiro número da Revista do IHGB que aborda a temática indígena é de autoria do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen e possui semelhança com os dois artigos anteriormente apresentados e que foram escritos pelo cônego Januário da Cunha Barbosa. Com o título *Sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas no Brazil*, Varnhagen já deixa explícito do que tratava o artigo, lido na sessão de primeiro de agosto de 1840 no IHGB.

Figura 5 – R.IHGB do ano de 1841



Fonte: Coleção R.IHGB.

Também o texto de Varnhagen parece girar em torno do objetivo de contribuir para o processo de civilização das populações indígenas brasileiras. O artigo inicia fazendo referência à contribuição dos missionários no início da colonização, sobretudo, com o estudo das línguas indígenas e, assim como Barbosa, ressalta a necessidade de facilitar a catequese dessas populações.

O objecto que este título só lembra nada tem de novo: os missionarios lhe deram a consideração conveniente, e o puzeram em pratica ha já tres seculos, e modernamente muitos escriptores tem feito despertar a necessidade do estudo das línguas indígenas como urgente em virtude da sua influênci na catequese e civilisação dos Indios (VARNHAGEN, 1841, p. 53).

Para o êxito da catequese, Varnhagen (1841, p. 56) enfatiza a necessidade do estudo das línguas indígenas:

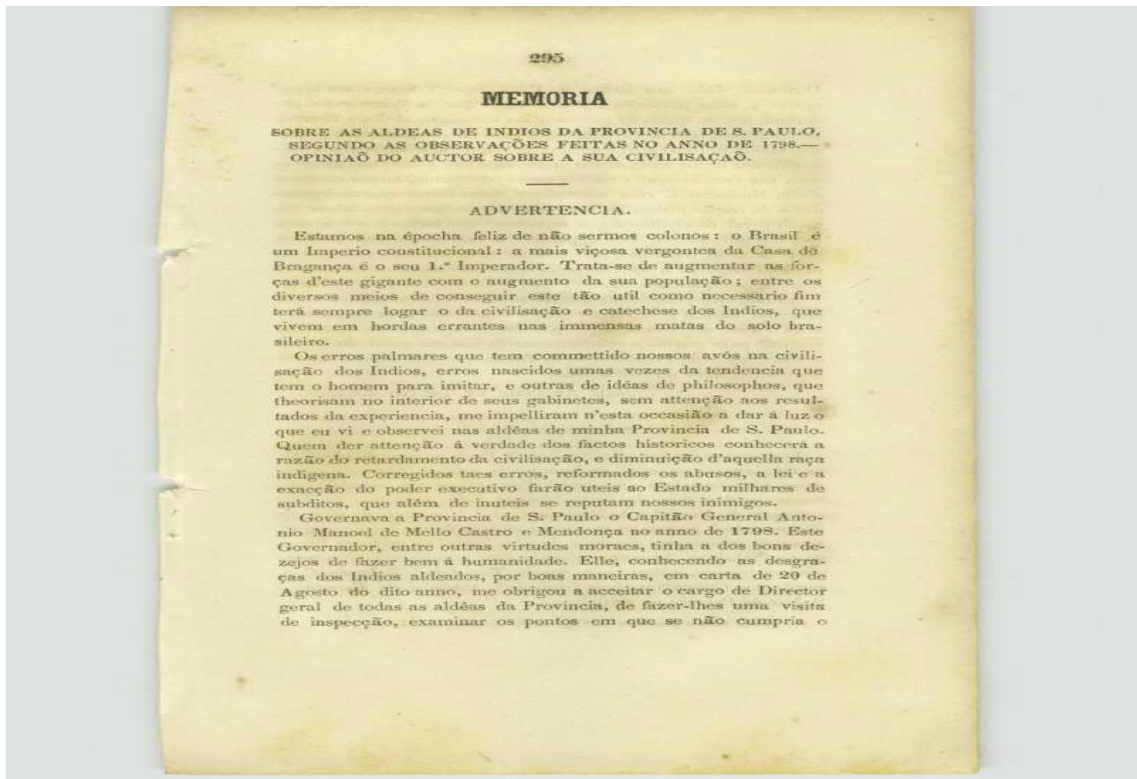
Ora, é sabido quanto esta deve favorecer o conhecimento e explicações dos nomes, tanto das sicencias naturaes como geographicas. Além d'isso, se é incontestável que se a língua portugueza esta necessitada de um systema orthographico feito na razão composta da analogia com a pronuncia, e

aprovado por uma associação de literato, que imponha auctoridade, tambem se deve reconhecer que o Brasil demanda além d'isso um glossario especial dos vocábulos indigenas adaptados na linguagem vulgar, afim de acabar com o chaos que a tal respeito existe. Este glossario correrá porem o risco de ser pouco seguro toda a vez que não seja feito por indivíduos versados nas línguas dos indigenas. Outra vantagem grande se tirara d'este estudo para se entrar no conhecimento do verdadeiro número de nações e tribos que tem pizado o território brasileiro.

Nas palavras do historiador (1841, p. 51), era preciso “trazer ao estado social milhares de infelizes que se matam e devoram nos matos virgens”.

Do quarto número da RIHGB, publicado no ano de 1842, seleccionamos o artigo escrito pelo tenente José Arouche de Toledo Rendon, que constitui-se em uma memória intitulada *Sobre as aldeas de índios da província de São Paulo, segundo as observações feitas no anno de 1798 – opinião do auctor sobre a civilização*. Rendon assumiu o cargo de diretor geral de todas as aldeias da província no ano de 1798 e, no artigo em questão, aborda as suas visitas a aldeias e expõe suas ideias sobre como as autoridades deveriam proceder no que tange à civilização dos indígenas.

Figura 6 – R.IHGB do ano de 1842



Fonte: Coleção R.IHGB.

O artigo, segundo Rendon (1842, p. 296), foi escrito com o objetivo de que as autoridades do país conseguissem “achar bases seguras para determinar um plano

geral de civilização e catechese dos Índios.” O autor salienta os problemas que percebia no sistema de aldeamento desses indígenas:

Ainda que geralmente se descubra nos Índios muita languidez, baixaza de espirito, nenhuma ambição, nem de bens, nem mesmo de honra, contudo elles são homens, a quem a natureza não podia negar aquella porção de amor próprio, que bem regulado os conduz para a virtude e para a gloria. Estes homens (fallo dos Índios aldeados), que sendo tirados nus dos sertões brasílicos mais por foça do que por vontade, que tantos tempos conservaram pouco vestidos debaixo da escravidão, que não obstante o Soberano os declarar livres, ficaram, contudo, vivendo sujeitos às aldeas, soffrendo insolências contrarias á liberdade do homem (...). (RENDON, 1842 p. 299).

De acordo com ele, os indígenas que deixaram de viver nos aldeamentos viviam mais felizes e com mais bens, ou seja, de maneira mais próxima de um modo de vida considerado civilizado. Rendon aponta que alguns, inclusive, esqueciam sua origem e desejavam ser brancos. (RENDON, 1842).

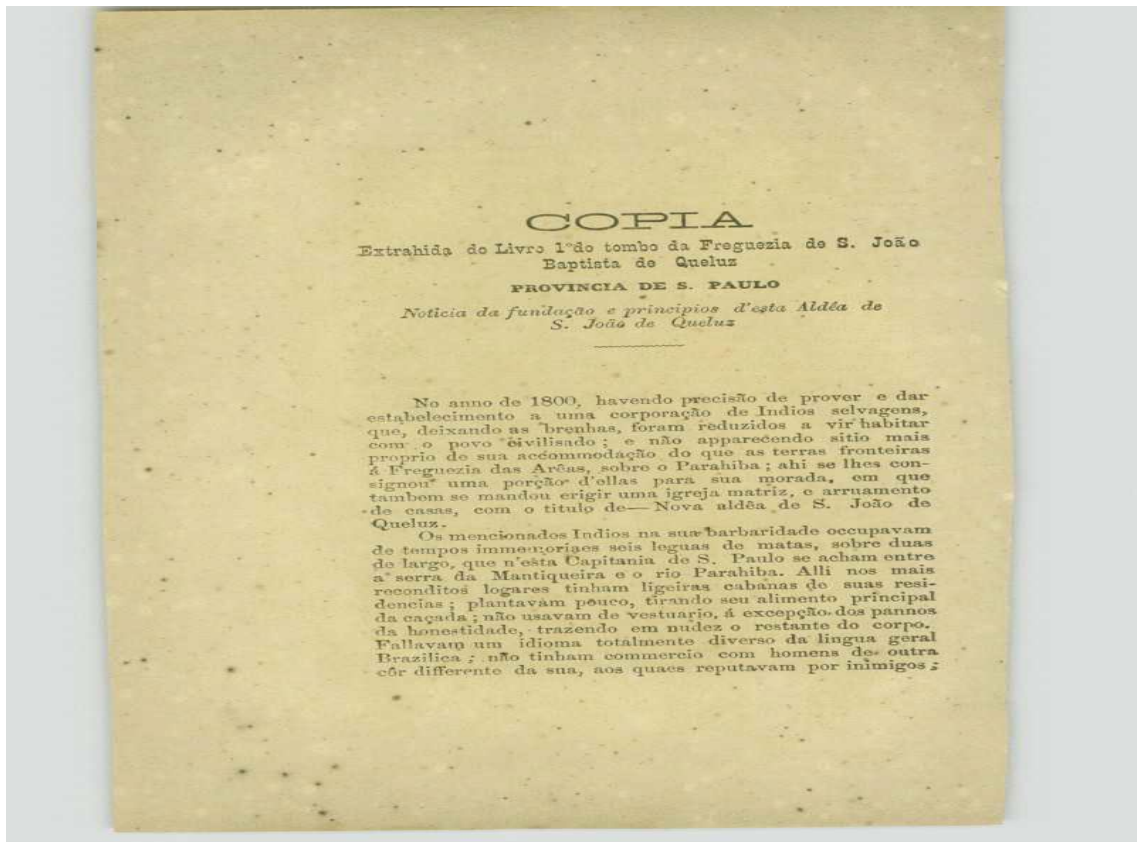
Para que os aldeamentos passassem a ser benéficos para os indígenas, o autor propõe algumas soluções. Sua ideia não era a de extinguir esse sistema, mas, sim, de torná-lo temporário até que o indígena alcançasse o estágio de civilizado.

Não se pode negar que em regra geral é necessário aldear as hordas de Índios, que vem dos matos procurar o nosso abrigo: serin (?) mesmo desgostai-os se então os separássemos, repartindo-os pelas casas e fazendas dos brancos. Convêm que estejam juntos os de uma nação, que tenham um Director e um Padre, aquelle para lhes procurar o bem temporal, este o espiritual: convêm acostuma-los a trabalhar primeiro em commum, depois separadamente, para o seu sustento. Mas tudo isto só deve ter lugar temporariamente; porque logo que o Indio é civilisado, não tem necessidade de tutor: e sobretudo logo que elle se acha em circumstancias de não haver receio de que volte á vida selvagem, convêm muito separai-os por meios brandos, sujeitando-os a famílias brancas, que os acostumem a trabalhar e que os tratem como livres, até que possam ter os seus estabelecimentos particulares. (RENDON, 1842, p. 315).

Assim como o cônego Januário da Cunha Barbosa, Rendon acreditava que os jovens indígenas conquistariam a tão esperada civilização no futuro, e, para tanto, sugere que as crianças fossem separadas dos pais, já que os jovens eram mais propícios a adotar costumes dos brancos.

No ano de 1843, assim como no anterior, o tema do aldeamento dos indígenas também recebeu atenção na Revista do IHGB. A notícia da fundação da aldeia de São João de Queluz, em São Paulo, no ano de 1800, foi descrita pelo vigário Francisco das Chagas Lima.

Figura 7 – R.IHGB do ano de 1843



Fonte: Coleção R.IHGB.

No início do artigo, o vigário refere a situação de *barbaridade* – termo empregado pelo autor – no qual viviam os indígenas antes do aldeamento, pois tinham cabanas como moradia e viviam principalmente da caça. Sendo assim, o aldeamento é apresentado como uma medida necessária para civilizar e transformar a vida dos bárbaros indígenas. De acordo com Lima, o processo de aldeamento ocorreu de forma pacífica, sem perda de vidas e teria sido positivo para os indígenas.

D'este modo, sem haver sangue nem perda de pessoa alguma de uma e de outra parte, se conseguiu a conquista dos babaros Puris, que hoje em dia estão sujeitos á coroa de Portugal. O Exm. Sr. Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, cheio de satisfação pelo êxito feliz se sua empreza, cuidou logo em fixar residência d'estes novos vassallos, e em faze-los catechizar para serem filhos da Santa Igreja, provedo-os de tudo que lhes era necessário tanto no temporal como no espiritual. (LIMA, 1843, p. 75).

Reforçando o que vimos com frequência nos artigos até agora analisados, a inserção dos indígenas nos preceitos de uma vida cristã é tida como primordial para sua civilização.

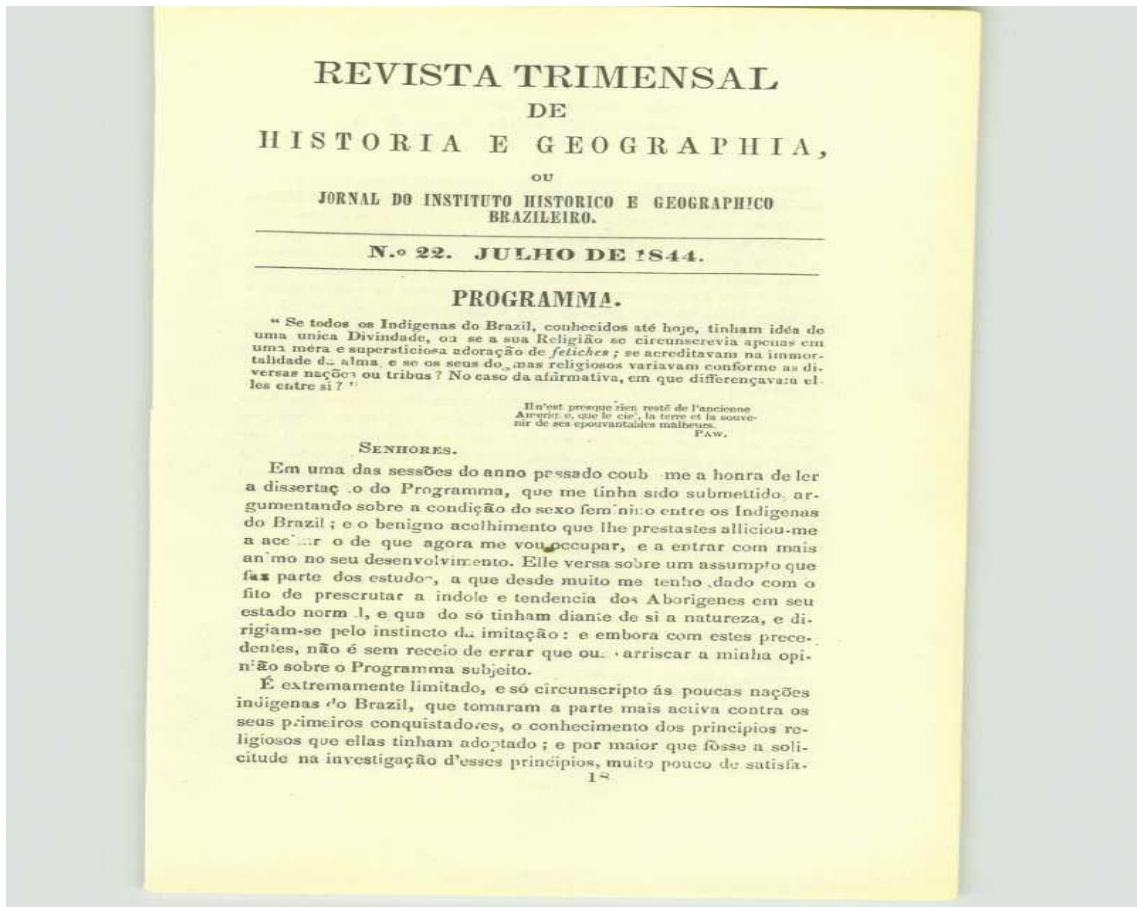
O primeiro lugar que houve n'esta aldêa, destinado para a celebração dos santos mistérios, foi um oratório de quarenta e cinco palmos de comprido e trinta de largo, em que se incluye capella e ambito para os assistentes, sachristia e baptisterio. (LIMA, 1843, p. 75).

O tema da religião, seja associado à necessidade de conversão dos indígenas ou à estranheza em relação às suas crenças, é amplamente abordado. Em razão disso, o indígena é colocado frequentemente como selvagem, bárbaro, sem fé e sem lei que deveria contar com a benevolência daqueles que se propõem a catequizá-los.

Dentre os trabalhos que abordam a religião dos indígenas, encontramos o artigo de Jose Joaquim Machado d'Oliveira (1844, p. 133), que faz a seguinte indagação:

Se todos os Indigenas do Brazil, conhecidos até hoje, tinham idéia de uma única Divindade, ou se a sua Religião se circunscrevia apenas em uma mera e supersticiosa adoração de fetiches; se acreditavam na immortalidade da alma e se os seus dogmas religiosos variavam conforme as diversas nações ou tribus? No caso da afirmativa, em que diferenciava eles entre si?

Figura 8 – R.IHGB do ano de 1844



Fonte: Coleção R.IHGB.

A principal crítica feita pelo autor, e que o motivou a escrever o artigo, é a falta de um estudo amplo sobre a religião dos indígenas brasileiros. Para Oliveira (1844, p. 134) o empenho em conhecer e investigar as crenças das populações indígenas foi “abrandado pela ganância em explorar as riquezas” da América. Sobre a forma com que ocorria o processo de catequização, Oliveira (1844, p. 135) discorre:

Entre os meios que aos catechistas do Brazil inspirava o piedoso intento de dilatar sem delonga a Fé Christã, ou o proposito de aplacar a irritação dos Indigenas, provocada obstinadamente pela aggressão armada que em seu paiz fizeram os conquistadores, era, e que mais prometia bons resultados, merecendo unisono assentimento da congregação propagandista, o de fazer valer e divulgar adrede que a Doutrina Evangelica e ritos da Igreja Christã se assemelhavam, e mesmo se identificavam em alguns pontos implícitos, com as diversas crenças e ceremonias oborigenes; procurando persuadir que o Christianismo, e as crenças religiosas que depararam na America, provinham de uma origem commum.

Mesmo com a utilização desta estratégia de propagação da fé cristã, o autor considera que os indígenas eram incapazes de compreender e dar sentido à doutrina.

A tão limitada intelligencia, como era a dos Indigenas, deveria ser incomprehensivel a sublime ideia do Ente que creou o Universo, que o regula em perene unidade de acção, e que com o mesmo Universo é coevo, preexistente, simultaneo e eterno. (OLIVEIRA, 1844, p. 140).

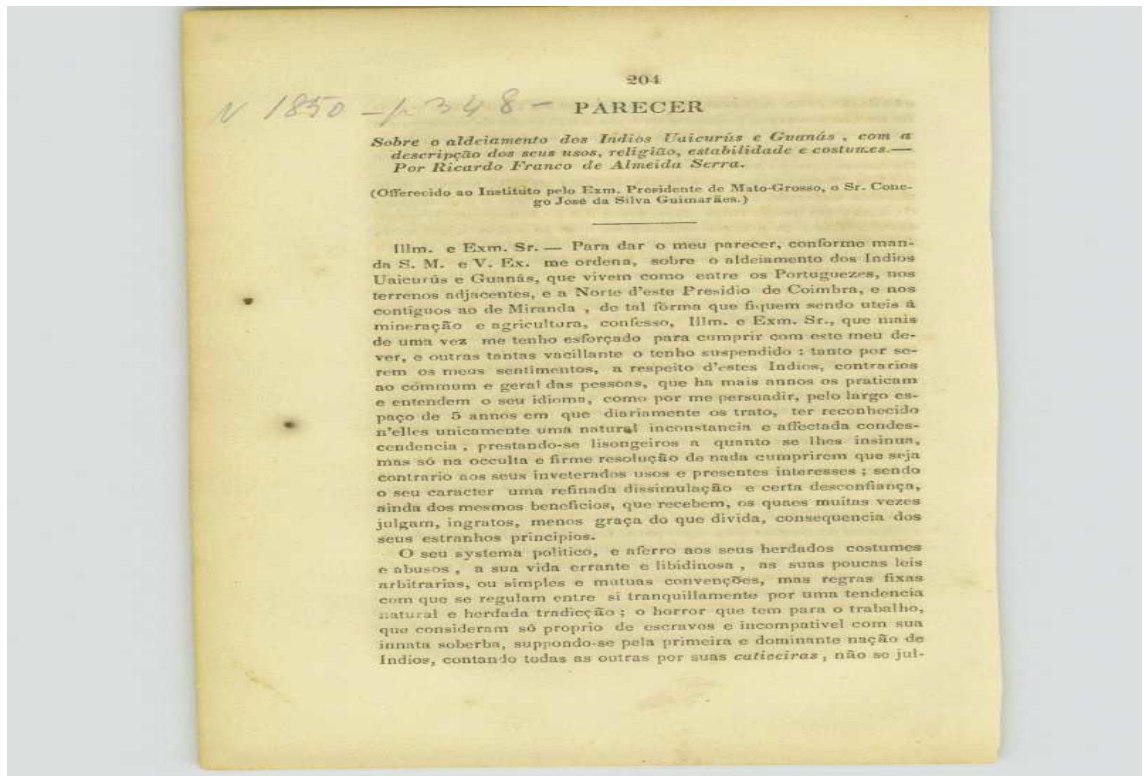
Oliveira (1844, p. 140) percebe os indígenas como “dotados unicamente de um princípio instictivo, que apenas os collocava acima dos irracionaes”. Sobre as suas crenças, o autor coloca que:

De todos os falsos cultos, que foram supplantados pelo Christianismo, o que se rendia ao Sol era o que algum vislumbre apresentava de parecer desculpavel; e os selvagens, que se imbuíram de ideias religiosas por este astro, que vivifica o mundo material, foram os que menos obstinadamente abandonaram seus costumes tradicionaes abraçando os dogmas da Fé, por isso que eram estes inculcados em ânímos, que já por aquella crença tinham convicções preexistentes, que por alguns pontos coincidião de algum modo, ou continham certa analogia com o verdadeiro culto. E em verdade, Senhores, esse radiante corpo do espaço, que por sua maior aproximação á terra difunde-lhe com sua luz todo o pensamento do Céu, revela-lhe com a maior evidencia a existência do Creador, e a sua gloria, e que toda a sua acção benéfica emana da Munificencia Divina: ostenta-se com a índole e prestígio de uma Divindade tutelar, e devia necessariamente suggerir ideias religiosas a povos, quer vivendo debaixo do clima ardente do Equador, onde elle é mais activo e vivificante, não tinham o desenvolvimento intellectual, que fosse susceptivel a formar concepções abstractas, e receber, só pelo único impulso da natureza visível, principios condignos á Essencia Divina. (OLIVEIRA, 1844, p. 142).

Além da religião, o aldeamento de indígenas, como já vimos, também é assunto comum nas páginas da Revista do IHGB nos anos que nos propomos a analisar. No ano de 1845, encontramos um parecer sobre o aldeamento dos indígenas Uaicurús e Guanás, de autoria de Ricardo Franco de Almeida Serra. Nele, o autor descreve seus costumes com estranheza:

O seu systema politico, e aferro aos seus herdados costumes e abusos, a sua vida errante e libidionosa, as suas poucas leis arbitarias, ou simples e mutuas convenções, mas regras fixas com que se regulam entre si tranquilamente por uma tendencia natural e herdade tradição; o horror que tem para o trabalho, que consideram só próprio de escravos e incompativel com sua innata soberba, suppondo-se pela primeira e dominante nação de Indios, contando todas as outras por suas cuticeiras, não se julgando inferiores aos mesmos Hespanhoes e Portuguezes, gabando-se diariamente de que, apezar de sermos muito bravos, nos souberam amançar: esta ridicula altivez e negação ao trabalho, lhes faz desprezar as fadigas da agricultura, que com effeito não necessitam para viverem longos annos, robustos e fartos, achando no Rio Paraguay, e nos seus amplíssimos campos a sua sempre provida dispensa. (SERRA, 1845, p. 205).

Figura 9 – R.IHGB do ano de 1845



Fonte: Coleção R.IHGB.

Sobre a religião dos indígenas, Serra (1845, p. 205) a descreve desta forma:

A summa indiferença com que olham para os mais visíveis sentimentos e principios da Religião e da lei natural, que só nos corações d'estes homens parece não se achar gravada; a crueldade com que aniquilam a sua mesma raça, incompativel com o extremoso mimo e amor com que tratam e criam algumas crianças que comprar, e furtam ás nações vizinhas, e maiormente nos próprios filhos filhos, que raras vezes deixam nascer de suas mulheres; a idependencia e rivalidade com que vivem entre si as diversas tribus dos Uaicurus que formam o todo d'esta errante e dispersa nação, unidas para o seu interesse geral e separadas pelo seu próprio e para a sua subsistência (...).

Após manifestar-se sobre os modos de vida desses indígenas, o autor defende a necessidade de os aldear, apesar de reconhecer as dificuldades que tal processo acarretaria:

Portanto, Exm. Sr., não deixando de tocar em alguns factos constantes que as verificam, passarei a expor, não quanto me parece necessário para se aldearem estes Indios; de tal forma que sejam uteis á agricultura e á mineração, mas sim ás dificuldades, que acho a um estabelecimento fixo e constante, e as quaes só o tempo poderá facilitar quando, pela nossa mais longa comunicação, se adoçarem os seus costumes e parte dos estranhos principios com que se governam, se acaso isso ser possa. (SERRA, 1845, p. 206).

Ao final do parecer, encontramos o posicionamento do general Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que reconhece as dificuldades apontadas por Serra, mas afirma manter a esperança de ser possível civilizar os indígenas.

Conheço bem quanto custa arrancar os homens da barbaridade para a vida civil; quanto custa ascender a luz da razão em espíritos quase apagados; formar novas vontades e liga-los com alguns veículos moraes; domar o impulso de uma natureza depravada, substituindo umas às outras paixões, e criando algumas de novo. (MONTENEGRO, p. 214, apud SERRA, 1845).

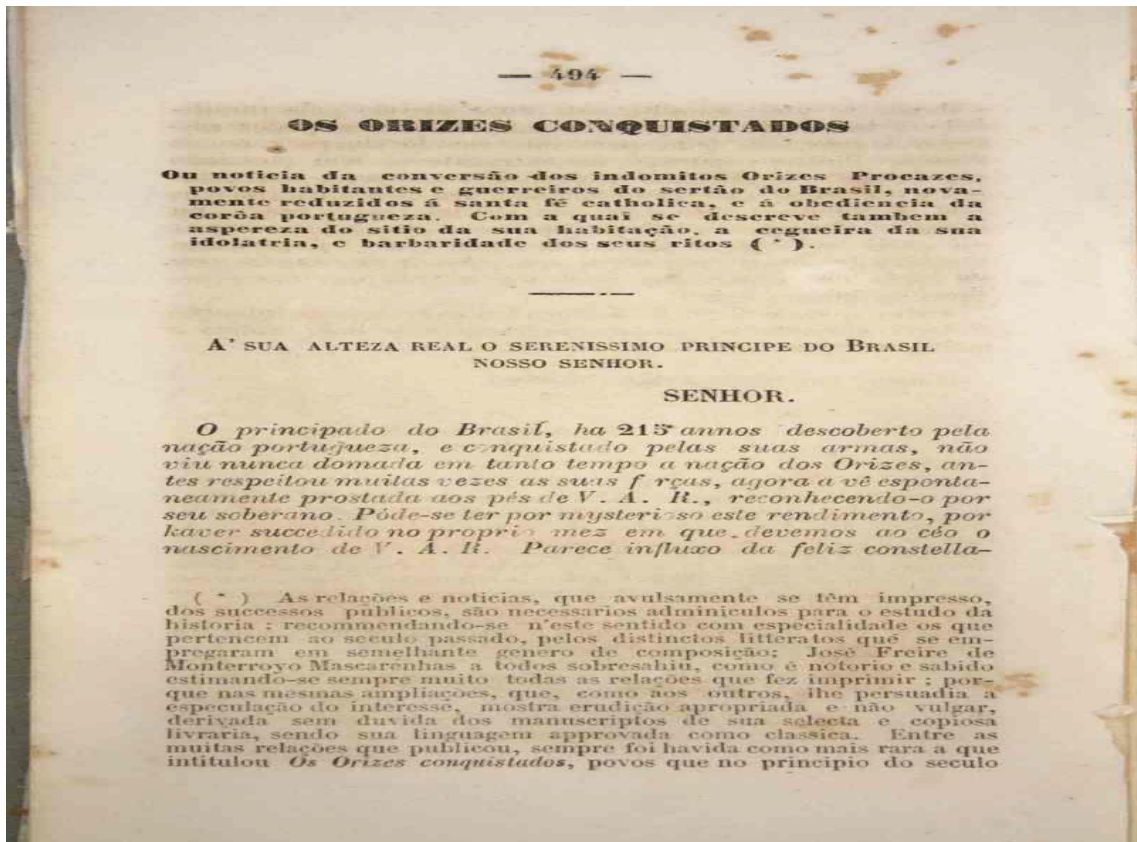
Frente a estas dificuldades, Montenegro (apud SERRA 1845) sugere que a transferência dos indígenas para residências particulares poderia ser mais benéfica no sentido de acelerar a mudanças de seus costumes se comparada com o processo de aldeamento:

Se o civilisar dos Indios e fazer-lhes tomas os nossos costumes, parece que confundidos conosco elles os aprenderiam mais depressa, e a experiência d'alguns, criados em cazas particulares, confirma isto mesmo. (MONTENEGRO, p. 215 apud SERRA, 1845).

No ano de 1846, o processo de civilização de outro grupo indígena é alvo de atenção na Revista do IHGB. Trata-se dos Orizes Procazes, que tiveram seus costumes e sua conversão descritos por Joseph Freyre de Monterroyo Mascarenhas da seguinte forma:

Nesta nova Batueca, praça de armas que fabricou e defende a natureza, buscaram segurança contra as invasões dos indomitos Orizes Procazes, povos da nação tapuya, primitivos povoadores, e vagabundos habitantes da província da Bahia, idolatras nos ritos, bárbaros dos costumes, extraordinariamente forçosos, destríssimos no expedir as settas, e por natureza intrépidos guerreiros. (MASCARENHAS, 1846, p. 497).

Figura 10 – R.IHGB do ano de 1846



Fonte: Coleção R.IHGB.

O autor descreve que o processo de aproximação e sucessiva conversão dos Orizes ocorreu após alguns indígenas terem sido feitos prisioneiros pelos Caimbê e terem sido salvos por um padre que convenceu o grupo a não matar seus prisioneiros.

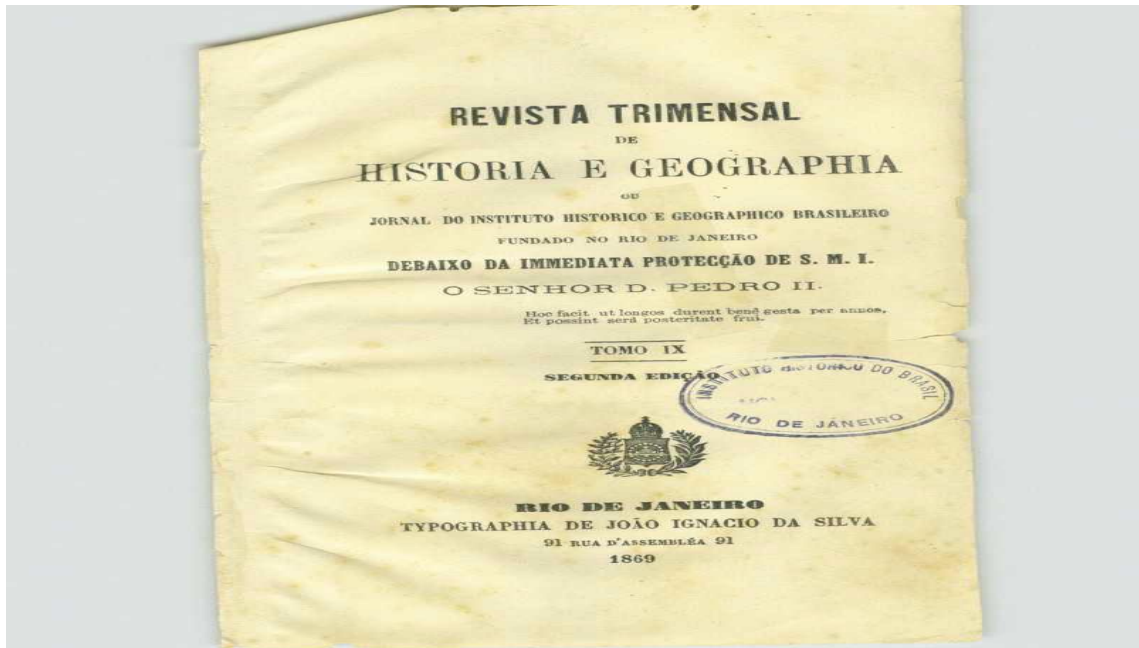
Pouco a pouco pôde a continuação do trato fazer aprender aos Orizes a lingua portugueza, e ao parochio algumas palavras dos Orizes. Vencida esta dificuldade, entrou o padre no designio de grangear a vida eterna á quem déra a mortal; e começando por lhes provar a falsidade da sua religião e a barbaridade dos seus ritos, os foi doutrinando na fé catholica; e instruídos bem nos segrados mysterios d'ella, detestando e abjurando os seus dogmas, confessaram publicamente que só a religião dos portuguezes era a verdadeira, e pediram todos o sacramento do baptismo, que receberam com grande devoção da mão do mesmo padre. (MASCARENHAS, 1846, p. 504).

Por fim, concluiu:

Foi de grande edificação para todos os christãos que alli se achavam a acção que viram fazer n'este tempo aos idolatras, porque, pondo-se os primeiros de joelhos para adorar a santa imagem de Christo crucificado, elles se prostaram também, batendo nos peitos em sinal de adoração, e com efficacias começaram a pedir ao padre que os baptizasse logo; porque tinham por abominavel a sua idolatria, e abjuravam de todo o coração os seus erros. (MASCARENHAS, 1846, p. 509).

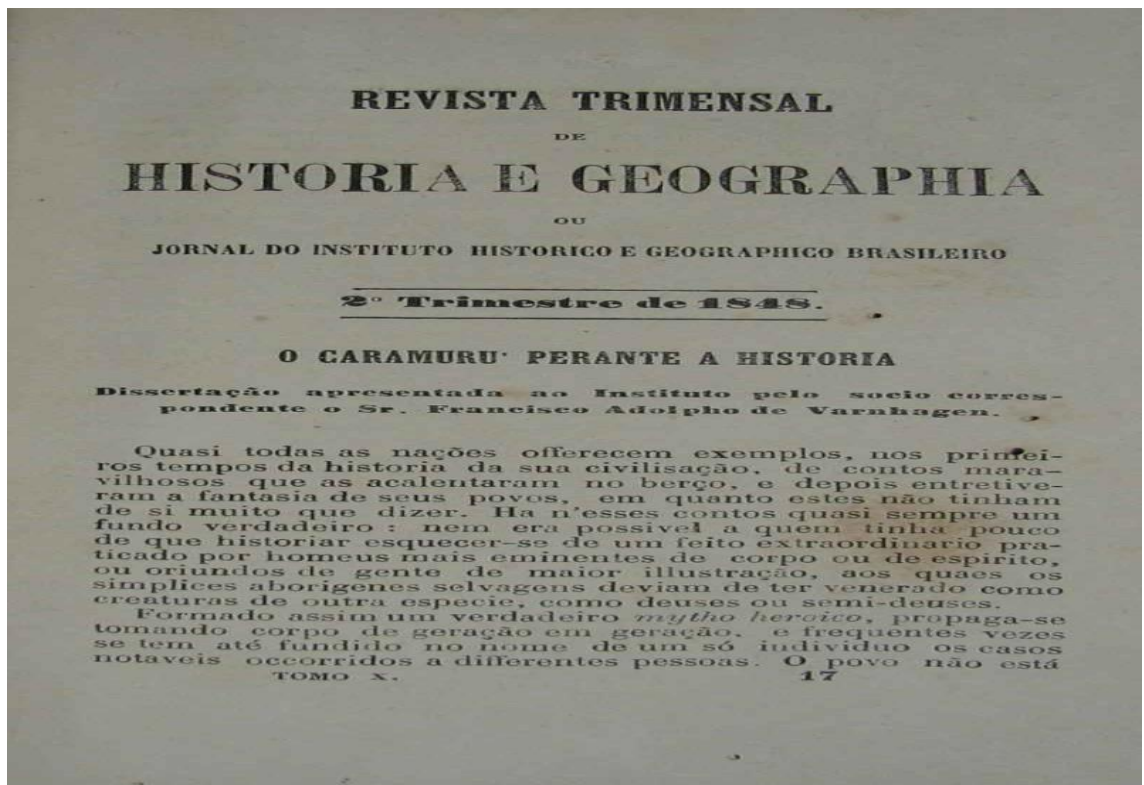
Nos dois anos seguintes, 1847 e 1848, os artigos que abordam a questão indígena possuem enfoques diferentes dos que vinham sendo publicados até então, caracterizando-se por análises mais amplas dos costumes e dos processos de catequização e aldeamento de indígenas.

Figura 11 – R.IHGB do ano de 1847



Fonte: Coleção R.IHGB

Figura 12 – R.IHGB do ano de 1848



Fonte: Coleção R.IHGB.

No número do ano de 1847, foi publicada uma breve notícia sobre os Botocudos, composta por observações sobre seus costumes e sobre o vocabulário escrito sobre a língua por eles falada. Considerando que o autor privilegia a questão linguística, não daremos atenção a esse artigo tanto quanto demos aos demais.

Já do número de 1848, selecionamos o artigo *O Caramuru perante a história*, de autoria de Francisco Adolfo de Varnhagen. Dele, destacamos uma passagem que relaciona-se com o que abordamos no segundo capítulo, isto é, a influência do romantismo na escrita de uma história brasileira, com seus heróis e mitos.

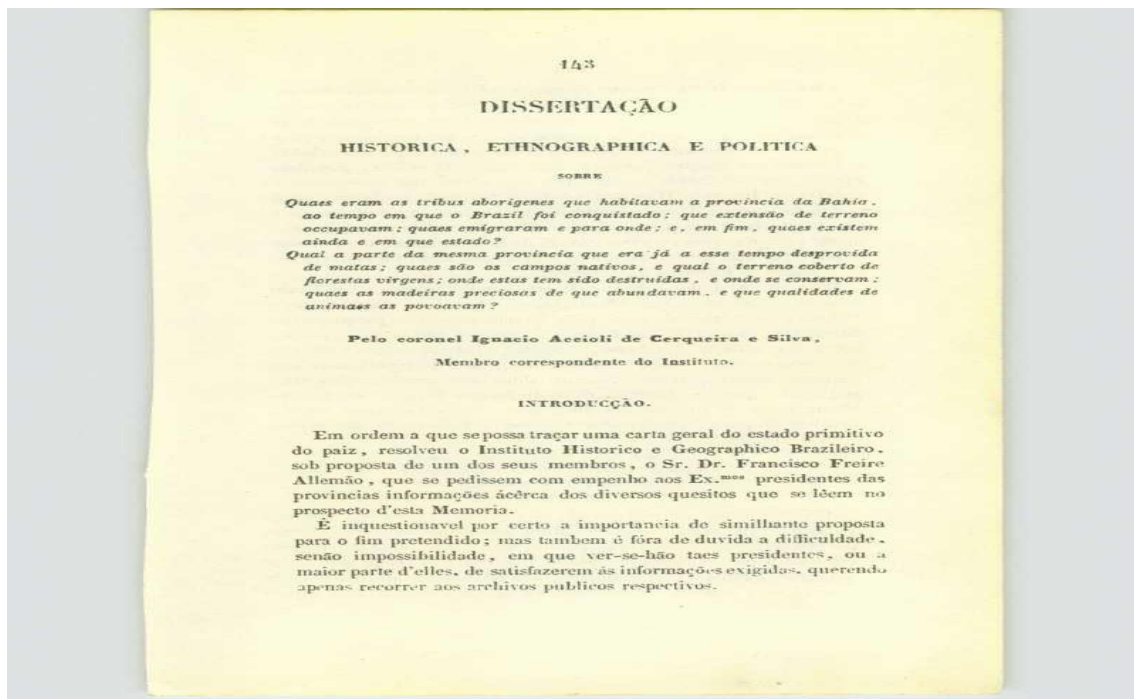
Quase todas as nações offerecem exemplos, nos primeiros tempos da historia da sua civilisação, de contos maravilhosos que as acalentaram ni berço, e depois entreteveram a fantasia de seus povos, em quanto estes não tinham de si muito que dizer. Ha n'esses contos quasi sempre um fundo verdadeiro: nem era possivel a quem tinha pouco de que historiar esquecer-se de um feito extraordinario praticado por homeus mais eminentes de corpo ou de espirito, ou oriundos de gente de maior illustração, aos quaes os simplices aborigenes selvagens deviam de ter venerado como creaturas de outra especie, como deuses ou semi-deuses. (VARNHAGEN, 1848, p. 129).

Na Revista do IHGB do ano de 1849, encontramos um artigo que se ocupou dos indígenas da província da Bahia à época da chegada dos portugueses no Brasil.

O artigo, escrito pelo coronel Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, menciona os Tupis, apresentados como mais tratáveis, e os Tapuias, que, segundo ele, se dividiam em muitos outros grupos. O autor se detém nos Botocudos, indígenas tidos como extremamente cruéis com seus inimigos, mas ressalta:

“Comtudo porém convém dizer-se por esta ocasião que além de ser ainda assás problematica a anthropologia dos actuaes Aymorés ou Botocudos, uma vez tratados com benignidade e franqueza, tornam-se verdadeiros amigos e bons para tudo, por serem dotados de bastante intelligencia, generosos de carácter firme, no que excedem aos Indios de outras muitas tribus.” (SILVA, 1849, p. 158).

Figura 13 - R.IHGB do ano de 1849



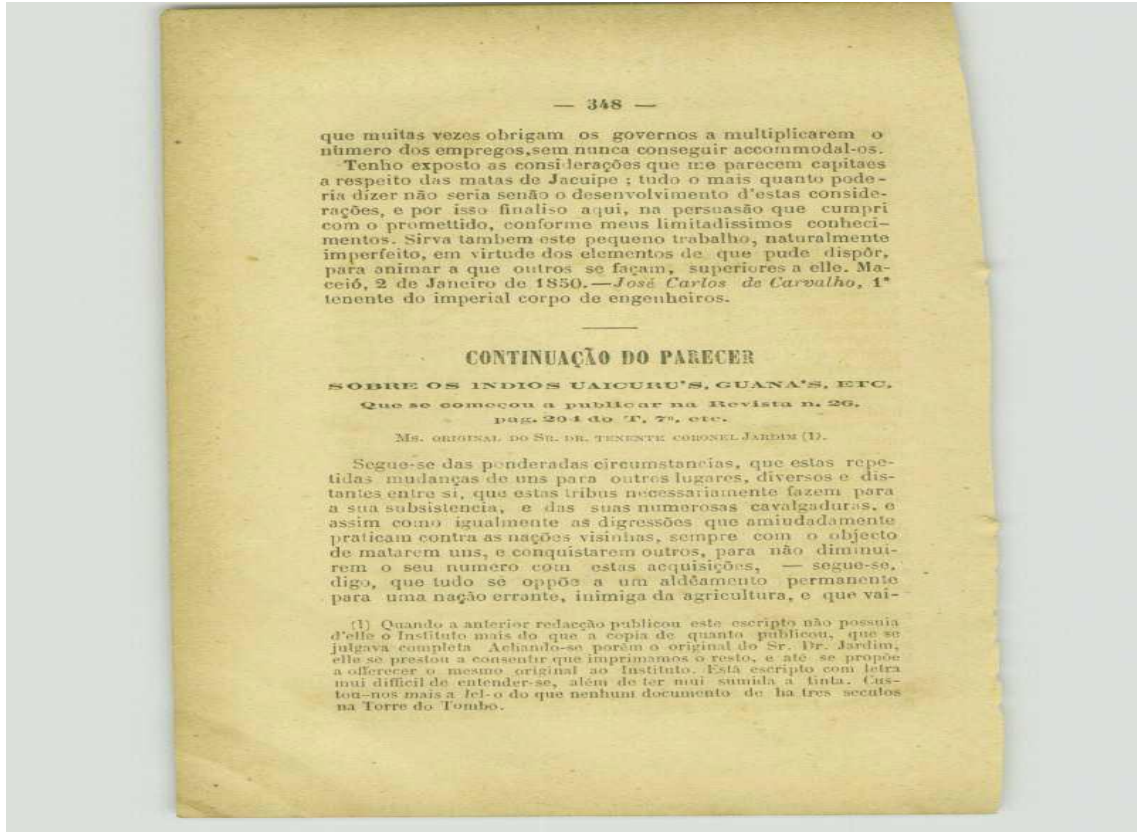
Fonte: Coleção R.IHGB.

Do número do ano de 1850, selecionamos um artigo que retoma tema abordado no número de 1845, e que versa sobre os indígenas Uaicurús e Guanás. Nele, o já citado Ricardo Franco de Almeida Serra, retoma algumas questões:

Segue-se das ponderadas circunstancias, que estas repetidas mudanças de uns para outros lugares, diversos e distantes entre si, que estas tribus necessariamente fazem para a sua subsistencia, e das numerosas cavalgadas, e assim como igualmente as digressões que amiudadamente praticam contra as nações visinhas, sempre com o objecto de matarem uns, e conquistarem outros, para não diminuirem o seu numero com estas acquisições, - segue-se, digo, que tudo de oppõe a um aldeamento permanente para uma nação errante, inimiga da agricultura, e que vaidosa drepreza as fadigas d'ella, que olham só dignas de captivos. Soberba,

preguiça e negação, que evidenciam os factos seguintes. (SERRA, 1850, p. 348-349).

Figura 14 - R.IHGB do ano de 1850



Fonte: Coleção R.IHGB.

Serra (1850, p. 350) empenha-se em provar que esses indígenas eram soberbos:

Quando algum portuguez lhe cabe em graça (que é sempre o que dá mais), o maior elogio que lhe fazem é dizer-lhe que é como Uaicurú. E quando alguns dos seus não é do seu palladar, dizem que é como portuguezes, enfim outras anedoctas, que por breve não digo, mostram a soberba d'estes índios; a respeito de irem remando canoas ao Cuyabá para se lhes pagar, disseram naço eram captivos e só alguns Guanás gostosamente se empregam, por interesse n'este trabalho.

Na sequência de críticas feitas em relação a estes indígenas, Serra (1850, p. 358) também os descreveu como luxuriosos: “tudo quanto o espirito da luxuria suggeriu de libidinoso e depravado a malicia dos homens praticam esses índios.” O julgamento também se estendeu às suas crenças ou, melhor, à falta delas:

Altar, rito e culto, dedicao á alguma divindade, ou seja, beneficente ou malefica, são actos desconhecidos por estes índios; e da mesma forma as

máximas e naturaes preceitos, de amarmos ao Creador de todo o creado; e depois d'elle as suas creaturas, quando para os outros homens, o mesmo que para nós desejamos. (SERRA, 1850, p. 359).

Ao final do artigo, Serra afirma que os indígenas já possuíam conhecimento da religião católica após o período de contato com os europeus e que alguns indígenas já haviam, inclusive, se convertido, apesar de todas as dualidades no processo de catequese. Por fim, pondera: “(...) só um quero da absoluta vontade de Deus chamará estes índios á caridade da sua Igreja.” (SERRA, 1850, p. 362).

Percebemos, após a análise dos artigos da R.IHGB entre os anos de 1839 e 1850, que a questão indígena foi um tema recorrente. Em todos os números da revista, e, por vezes, até mais de uma vez em cada um dos números, algum assunto relacionado aos indígenas foi abordado. Como tratado em capítulo anterior, o romantismo e indianismo se manifestaram na produção intelectual do século XIX e o elemento indígena passou a ser tema de literatos, poetas e historiadores. Nas páginas da R.IHGB, revista oriunda de um instituto que prezava justamente pela escrita oficial da História do Brasil, o indígena ora foi apresentado como inocente, ora como selvagem. Em todos os casos, como um ser que para civilizar-se precisava submeter-se à catequese.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou perceber como temas relacionados à questão indígena foram abordados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entre os anos de 1839 e 1850. Para cumprir tal objetivo, utilizamos como fonte os números divulgados pela revista no período. Antes de realizar tal análise, procuramos compreender o contexto no qual se deu a criação do IHGB e da revista e nos artigos foram produzidos e divulgados, vinculando-os aos movimentos literários do romantismo e do indianismo.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em momento tenso da história política do Império, devido às dissidências que ocorriam em todas as Províncias, tinha como propósito, justamente, promover uma escrita da história do Brasil que buscasse atenuar as diferenças e criar um sentimento de identidade. Estabelecendo uma relação muito próxima com o imperador Dom Pedro II, um dos objetivos do Instituto também era o fortalecimento da monarquia.

No decorrer dos anos 30 do século XIX, década na qual foi criado o IHGB, o movimento romântico firmava suas bases no país. Com ideias muito próximas às defendidas pelo Instituto, o romantismo comprometeu-se com a criação de uma identidade nacional, evocando o passado, com vistas à constituição de um sentimento de nacionalidade.

Nesse processo, a figura do índio ganhou relevância, afinal, nada mais genuinamente brasileiro do que seus primeiros habitantes. Essa figura, então, passou a ser destacada para atender o papel que se busca extrair dela: como herói, como selvagem, como um ser passivo que aceitou ser catequizado. Nessa busca por inserir os indígenas em algum lugar na história do país, percebemos também o esforço por parte da intelectualidade brasileira de difundir a ideia de que estes grupos estariam fadados a desaparecer mediante uma série de estratégias de assimilação. Esta seria uma condição fundamental para que alcançássemos um padrão civilizatório tido como ideal.

A análise que fizemos dos números da R. IHGB publicados nas décadas de 30 a 50 do século XIX, evidenciou o tratamento dado pelos intelectuais do Império à questão indígena, sendo que os diferentes grupos nativos brasileiros foram vistos,

tanto como elemento inicial e formador da população brasileira, por influência do movimento romântico e indianista, quanto como seres que necessitavam de civilização e salvação para se aproximarem cada vez mais de um ideal de sociedade projetado pelo Império, ou seja, ajustados aos padrões europeus e cristãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 35-55, 2000.

BABOSA, Januário da Cunha. Se a introdução dos escravos africanos no Brazil embarça a civilização dos nossos indígenas, dispensando-lhes o trabalho, que todo foi confiado a escravos negros. Neste caso qual é o prejuízo que sofre a lavoura Brasileira? **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 1, 1839.

BARBATO, Luis Fernando Tosta. A raça em revista: um guia de artigos comentados sobre a questão racial nas revistas do IHGB (1870-1902). **Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia**, Campinas, v. 5, n. 1, 2014.

BARBATO, Luis Fernando Tosta. O indígena nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Revista Espacialidades**, Salvador, v. 6, n. 5, p. 6-17, 2013.

BARBATO, Luis Fernando Tosta. Raça e mestiçagem nas revistas do IHGB: os temores e as esperanças. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 2, p. 186-204, 2016.

BARBOSA, Januário da Cunha. Introdução. *In*: MIRANDA, José Américo (Org.). **Parnaso Brasileiro**. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 35-37.

BARBOSA, Januário da Cunha. Qual seria hoje o melhor systema de colonizar os Indios entranhados em nossos sertões; se conviria seguir o systema dos Jesuitas, fundado principalmente na propagação do Christianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os actuaes? **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 2, 1840.

CANDIDO, Antonio. **O romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/SP, 2002.

CARDOSO, Mirian Pereira. Identidade e Romantismo brasileiro no século XIX: do canto indianista ao projeto de nação. **Tempos Acadêmicos**, [Criciúma], n. 4, 2010. Disponível em:

<<http://periodicos.unesc.net/index.php/historia/article/viewFile/207/210>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

CARLOS, Lilian Beatriz. **Uma relação a dois: a história e a geografia nos primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

CEZAR, Temístocles. Ensaio sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. **Diálogos**, Maringá, v. 8, n. 1, 2004, p. 11-29.

DENIS, Ferdinand. **Resumo da história literária de Portugal seguido do resumo da história literária do Brasil**. Tradução, apresentação e notas de Regina Zilberman. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2018.

DIAS, Gonçalves. **Primeiros Cantos**. [S. l.], 1843. *E-book* (não paginado).

Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/primeiroscantos.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

DIAS, Gonçalves. **Últimos Cantos**. Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paula Brito, 1851. Disponível em:

<<http://paginapessoal.utfpr.edu.br/fabiomesquita/textos/obras-literarias/Ultimos%20Cantos%20-%20Goncalves%20Dias.pdf/view>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

GONÇALVES, Sérgio Campos. A escrita da história do Brasil: o pensamento civilizador no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA*, 4., 2010, Ouro Preto. **Tempo presente & usos do passado**. Ouro Preto: EdUFOP, 2010.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 5-27, 1988.

KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

LIMA, Francisco das Chagas. Notícia da fundação da aldeia de São João de Queluz. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 5, 1843.

MAGALHÃES, Gonçalves de. Ensaio Sobre a História da Literatura do Brasil. **Revista Brasiliense**, Niterói, t. 1, 1836.

MAGALHÃES, Gonçalves de. **A confederação dos tamoios**: Poema. Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, 1856.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. Raças selvagens. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 36, 1873.

MARCARENHAS, Joseph Freyre de Monterroyo. Os Orizes conquistados. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 8, 1846.

MARTIUS, Carlos Frederico. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 5, 1844.

MATOS, Raimundo José da Cunha; BARBOSA, Januário da Cunha. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 1. 1839

MENDES, Luís César Castrillon. Publicar ou arquivar? A Revista do IHGB: Um periódico a serviço do Império no Oitocentos brasileiro. **Revista Latino-Americana de História**, [Cuiabá], v. 6, p. 139-159, 2017.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Se todos os Indigenas do Brazil, conhecidos até hoje, tinham idéia de uma única Divindade, ou se a sua Religião se circunscrevia apenas em uma mera e supersticiosa adoração de fetiches; se acreditavam na immortalidade da alma e se os seus dogmas religiosos variavam conforme as diversas nações ou tribus? No caso da afirmativa, em que diferenciava eles entre si? **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 6, 1844.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História**, São

Paulo, v. 30, n. 59, p. 37-52, 2010. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/rbh/a/cKLzmNGhsSvPQLR5BHq9PPK/?lang=pt&format=pdf>>.
 Acesso em: 10 out. 2020.

RENDON, José Arouche de Toledo. Sobre as aldeias de índios da província de São Paulo, segundo as observações feitas no anno de 1798 – opinião do auctor sobre a civilização. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 4, 1842.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830 – 1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SALLES, André Mendes. O livro didático de história no Brasil oitocentista: o instituto histórico e geográfico brasileiro e a formação da identidade nacional. **PerCursos**, [Florianópolis], v. 11, n. 2, p. 48 - 61, 2010. Disponível em: <
<https://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/2048>>. Acesso em: 22 out. 2020.

SANTOS, Natália Gonçalves de Souza. O “poeta de um poema só” e o cânone romântico brasileiro. **Teresa**, São Paulo, n. 18, p. 295-302, 2017.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Continuação do parecer sobre os índios Uaicurús, Guanás e etc. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 12, 1850.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Parecer sobre o aldeamento dos Índios Uaicurús e Guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 7, 1845.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. Dissertação histórica, etnográfica e política. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 11, 1849.

SOUSA, Antônio Gonçalves Teixeira e. **Os três dias de um noivado**: Poema que, à memória de seus pais, dedica Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa. Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, 1844.

SOUZA, Roberto Acízelo de. Os timbiras: o poema que podia ter sido e que não foi. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 40, p. 56-72, 2020.

TURIN, Rodrigo. Entre "antigos" e "selvagens": notas sobre os usos da comparação no IHGB. **Revista de História**, Universidade de São Paulo, p. 131-146, 2010.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. O Caramuru perante a história. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 10, 1848.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas no Brazil. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 3, 1841.